UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA DA GRAÇA SAIS BORGES SCHUMACHER

PLANOS PLURIANUAIS (PPAS) MUNICIPAIS E A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DE GUARAREMA E MOGI DAS CRUZES 2018-2025

MOGI DAS CRUZES
2025

MARIA DA GRAÇA SAIS BORGES SCHUMACHER

PLANOS PLURIANUAIS (PPAS) MUNICIPAIS E A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DE GUARAREMA E MOGI DAS CRUZES 2018-2025

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Orientadora: Prof.ª Drª Tatiana Ribeiro de Campos Mello.
Área de Concentração: Realidade Regional: Qualidade de Vida e Dignidade Humana.

MOGI DAS CRUZES

2025

FINANCIAMENTO



Ficha catalográfica
Universidade de Mogi das Cruzes - Biblioteca Central

S392p

Schumacher, Maria da Graça Sais Borges
Planos Plurianuais (PPAS) municipais e a agenda de Políticas Públicas de Esportes nos municípios de Guararema e Mogi das Cruzes 2018-2025 / Maria da Graça Sais Borges Schumacher. -- Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 2025.
113 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) -- Universidade de Mogi das Cruzes, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Tatiana Ribeiro de Campos Mello

1. Esportes 2. Política Pública 3. Inclusão Social 4. Planejamento 5. Desenvolvimento Humano I. Mello, Tatiana Ribeiro de Campos II. Universidade de Mogi das Cruzes III. Título

CDD 796.026

Elaborada por Maria Cristina Alves Silva Xavier – CRB-8/10077

Tel.: (11) 4798-7000
0800 19 2001
www.umc.br

ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Às nove horas do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, pela Universidade de Mogi das Cruzes, realizou-se a defesa de dissertação intitulada "PLANOS PLURIANUAIS (PPAS) MUNICIPAIS E A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DE GUARAREMA E MOGI DAS CRUZES 2018-2025" pelo(a) candidato(a) **Maria da Graça Sais Borges Schumacher,** para obtenção do grau de mestre em políticas públicas. Tendo sido o número de créditos alcançados por ele(a) no total de 36 (trinta e seis), a saber: 24 unidades de crédito em disciplinas de pós-graduação e 12 unidades de crédito no preparo da dissertação, o(a) aluno(a) perfaz assim os requisitos para obtenção do grau de mestre. A comissão examinadora estava constituída dos senhores professores doutores: Tatiana Ribeiro de Campos Mello e Agnes de Sousa Arruda da Universidade de Mogi das Cruzes e Vanderléa Ana Merlle da Universidade do Vale do Itajaí, sob a presidência da primeira, como orientadora da dissertação. A sessão pública da defesa foi aberta pela senhora presidenta da comissão, tendo em seguida o(a) candidato(a) realizado a apresentação da dissertação. Concluída a apresentação, tiveram início as arguições pelos membros da comissão examinadora. A seguir a comissão, em sessão secreta, conforme julgamento discriminado por cada membro, considerou o(a) candidato(a).

aprovada (aprovado(a)/reprovado(a)) por unanimidade (unanimidade/maioria)

Mogi das Cruzes, 19 de agosto de 2025.

Comissão Examinadora	Julgamento
Profª Drª Agnes de Sousa Arruda	aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))
Profª Drª Vanderléa Ana Merlle	aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))
Profª Drª Tatiana Ribeiro de Campos Mello	aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))

gov.br Documento assinado digitalmente
VANDERLEA ANA MELLER
Data: 02/09/2025 13:31:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

“...O esporte tem o poder de mudar o mundo. Ele tem o poder de inspirar. Ele tem o poder de unir as pessoas como poucas coisas conseguem. Ele fala com os jovens e numa linguagem que eles entendem. O esporte pode criar esperança onde antes havia apenas desespero."

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo foi possível graças ao compromisso contínuo com a educação como instrumento de transformação social e superação de desigualdades. O apoio do Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, foi fundamental para viabilizar este processo de formação e pesquisa, reafirmando o papel das políticas públicas de fomento à ciência e à produção do conhecimento.

Destaco, com profundo reconhecimento, o suporte institucional da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), que, por meio de seus laboratórios, docentes e programas de pesquisa, têm desempenhado papel essencial na consolidação de uma educação superior comprometida com o desenvolvimento regional e com a construção de soluções voltadas ao interesse público. Agradeço a Universidade do Vale do Itajaí – Univali Campus Itajaí, pela oportunidade dada à participação da docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Meu agradecimento especial à professora Dra. Tatiana Ribeiro de Campos Mello, pela dedicação incansável, orientação rigorosa e estímulo intelectual, à Professora Dra. Agnes de Sousa Arruda, pela parceria generosa e colaboração contínua, e a Professora Dra. Vanderléa Ana Meller convidada externa vinculada a Univali que gentilmente aceitou participar desta banca. Todas representam a força da docência comprometida com a formação crítica, humana e transformadora, que inspira não apenas a produção acadêmica, mas também a construção de uma sociedade mais justa por meio da educação.

RESUMO

O acesso ao esporte deve ser garantido como um direito de todos, o que exige políticas públicas efetivas, inclusivas e sustentáveis. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o esporte está inserido nas políticas públicas municipais, com base na literatura científica e na análise dos Planos Plurianuais (PPAs) de dois municípios paulistas. O estudo está estruturado em três etapas. O primeiro estudo teve como objetivo identificar a produção científica relacionada a políticas públicas e esporte na base SciELO. Foi realizada uma revisão bibliográfica sistematizada, evidenciando um total de 12.994 artigos com a palavra-chave “políticas públicas”, 4.720 com “esporte” e apenas 83 com ambas, sendo que somente 9 foram publicados no Brasil em 2022. Os dados mostram escassez e descontinuidade na pesquisa nacional sobre o tema, reforçando a necessidade de maior atenção acadêmica e governamental à área. O segundo estudo teve como objetivo examinar a importância da integração entre esporte, saúde e lazer nas agendas políticas municipais, conforme orienta a Constituição Federal de 1988. Por meio de revisão ampliada nas bases Scopus, Google Scholar e Web of Science, incluindo fontes documentais, buscou-se compreender os impactos sociais das políticas esportivas. Os resultados apontaram desigualdades regionais, carência de recursos, descontinuidade nas ações e pouca articulação intersetorial. O esporte é reconhecido como vetor de desenvolvimento social, inclusão e promoção da saúde. Este entendimento se alinha à Lei Geral do Esporte de 2023 (Lei nº 14.597), que reafirma o esporte como direito social e propõe o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), fortalecendo a governança, o financiamento e a participação social na área. O terceiro estudo teve como objetivo analisar a previsão orçamentária destinada ao esporte nos Planos Plurianuais dos municípios de Guararema e Mogi das Cruzes, nos períodos de 2018–2021 e 2022–2025. Por meio da análise temática de conteúdo de Bardin, foram observadas assimetrias na distribuição de recursos, priorização da estrutura administrativa e fragilidade nas ações de base comunitária. Os PPAs, como instrumentos de planejamento estratégico, deveriam garantir continuidade e eficácia nas políticas públicas, mas ainda revelam lacunas estruturais que comprometem sua efetividade. Em conjunto, os três estudos reforçam a necessidade de consolidar o esporte como política pública estruturante, com base em planejamento, financiamento adequado e integração federativa. A partir dos resultados, propõe-se que os municípios avancem em quatro frentes prioritárias: (1) institucionalização de estruturas permanentes de gestão esportiva; (2) integração do esporte com outras políticas públicas; (3) ampliação da participação popular nos processos decisórios; e (4) criação de indicadores para avaliação e aprimoramento das ações. A efetivação da Lei Geral do Esporte de 2023 depende da atuação coordenada entre Estado, sociedade civil e setor privado, com foco em inclusão, sustentabilidade e equidade.

Palavras-chave: políticas públicas; esporte; inclusão social; planejamento governamental; desenvolvimento humano.

ABSTRACT

Access to sports must be guaranteed as a right for all, which requires effective, inclusive, and sustainable public policies. This research aims to analyze how sports are incorporated into municipal public policies, based on Scientific literature and the analysis of the Multi-Year Plans (PPAs) of two municipalities in São Paulo state. The study is structured in three stages.The First study aimed to identify scientific production related to public policies and sports in the SciELO data base. A systematic literature review was conducted, revealing a total of 12,994 articles with the keyword “public policies,” 4,720 with “sports,” and only 83 with both—of which only 9 were published in Brazil in 2022. The data show a scarcity and discontinuity in National research on the topic, reinforcing the need for greater academic and Government alattention to the field.The secondstudyaimed to examine the importance of integrating sports, health, and leisure in municipal political agendas, as guided by the 1988 Federal Constitution. Through na expanded review of the Scopus, Google Scholar, and Web of Science data bases, including documentar sources, the study sought to understand the social impacts of sports policies. The results pointed to regional inequalities, lack of resources, discontinuity in actions, and limited intersectoral coordination. Sports are recognized as a driver of social development, inclusion, and health promotion. This understanding aligns with the 2023 General Sports Law (Law No. 14,597), which reaffirms sports as a social right and proposes the National Sports System (Sinesp), strengthening governance, funding, and social participation in the sector. The third study aimed to analyze the budget allocations for sports in the Multi-Year Plans of the municipalities of Guararema and Mogi das Cruzes for the periods 2018–2021 and 2022–2025. Through Bardin’s the maticcontent analysis, asymmetries in resource distribution, prioritization of administrative structures, and weaknesses in community-based actions were observed. As strategic planning instruments, the PPAs should ensure continuity and effectiveness in public policies, butthey still reveal structural gaps that compromisse their effectiveness.Taken together, the three studies reinforce the need to consolidate sports as a structuring public policy, based on planning, adequate funding, and federative integration. Based on the findings, it is proposed that municipalities advance in four priority áreas: Institutionalization of permanente sports management structures; Integration of sports with other public policies; Expansion of public participation in decision-making processes; Creation of indicators for evaluating and improving actions. The implementation of the 2023 General Sports Law depends on coordinated action among the State, civil society, and the private sector, with a focus on inclusion, sustainability, and equity.

Keywords: public policies; sport; social inclusion; government planning; human development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Palavra-chave esporte em artigos citáveis	24
QUADRO 2	Palavra-chave políticas públicas em artigos citáveis	25
QUADRO 3	Palavra-chave políticas públicas e esporte em artigos citáveis	25
QUADRO 4	Artigos publicados em revistas brasileiras em 2022	25
QUADRO 5	Síntese dos autores e considerações referentes às políticas públicas e ao papel do esporte na sociedade	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	População, Área, Densidade, IDH-Me, PIB, Per capita municipal	53
TABELA 2	Programas, metas, ações e órgãos responsáveis nos PPAs 2028-2021 e 2022-2025	54
TABELA 3	Orçamento, foco principal e planejamento de longo prazo dos PPAs 2018–2021 e 2022– 2025	55
TABELA 4	Gestão, articulação e legislação de Guararema e Mogi das Cruzes, nas políticas públicas de esporte nos períodos dos PPAs 2018-2021 e 2022-2025	56
TABELA 5	Comparação entre Guararema e Mogi das Cruzes nas políticas pública sde esporte	57

LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS

CIE	Centro de Iniciação ao Esporte
CBAt	Confederação Brasileira de Atletismo
CNE	Conselho Nacional do Esporte
DSNT	Doenças Não Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não- binários e outros
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério do Esporte
MS	Ministério da Saúde
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa Academia da Saúde
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PPA	Plano Plurianual
SINESP	Sistema Nacional de Esporte
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEAR	SecretariaNacionaldoEsportedeAltoRendimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

2. OBJETIVOS 17

2.1 Objetivo geral 17

2.2 Objetivos específicos 17

3. ESCOPO 18

4. Seção I 19

ARTIGO:Produção Científica de Políticas Públicas e Esporte 20

5. Seção II 33

ARTIGO:PolíticasPúblicasdeEsporteeseuImpactonaSociedade 33

6. Seção III 47

ARTIGO: Análise dos Investimentos em Políticas Públicas Esportivas nos Planos Plurianuais de Guararema e Mogi das Cruzes nos quadriênios 2018-2021e2022-2025 47

7. CONSIDERAÇÕESFINAIS 67

REFERÊNCIAS 69

ANEXO A – QUADROS DESCRITIVOS E COMPARATIVOS DOS PLANOS PLURIANUAIS 70

ANEXO B – NORMAS DO PERIÓDICO REVISTA CIENTÍFICA CIÊNCIA DO ESPORTE INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 104

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a UNESCO[1] construiu coletivamente a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, esse documento reconhece e registra a atividade física como direito de todos, da mesma forma que a educação e a saúde.

No Brasil, desde 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil[2] reconhece como dever do Estado a responsabilidade de garantir os direitos sociais: educação, saúde, trabalho,lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

O direito ao desporto e ao lazer é tratado especificamente no artigo 217 da Constituição, definindo como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais obedecendo regras nacionais e internacionais e destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional, para a do desporto de alto rendimento, eainda, conclui queo poder público deve incentivar o lazer, como forma de promoção social conforme o Relatório Nacional Voluntário do Brasil em 2024[3].

Em 2004 a I Conferência Nacional do Esporte no Brasil instituída para ser consultiva e deliberativa na formulação de políticas públicas de esporte e lazer, tinha como temática central: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. A Conferênciafoi um marco importante, originou a Resolução do Conselho Nacional do Esporte (CNE Nº 05 de 14 de julho de 2005)[4] que trata da Política Nacional do Esporte, surgindo a partir daí a nova política nacional do esporte e a resolução de criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer.

A Política Nacional do Esporte tem como finalidade principal atender aspectos do conceito ampliado de saúde,com a finalidade de atender aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos, sintonizados com a Política Nacional de Promoção da Saúde[4].

No entanto, Rodrigues[5] pontua a importância de diagnosticar demandas e necessidades sociais, planejar os meios, os instrumentos e recursos adequados, para que seja possível atender aos fins almejados na implantação da política pública do esporte de forma efetiva.

Além desses preceitos, é necessário também recorrer aos vários campos do conhecimento.

No campo da sociologia, Larchert[6], por exemplo, esclarece que a observação do meio, descrita em fenômenos e fatos, traz informações linguísticas, performances e traços específicos do comportamento humano cotidiano e exclusivos de alguns grupos. A singularidade exige atenção para a definição de papéis relativos à idade, gênero e ritos próprios de cada grupo cultural, que devem ser considerados para otimizar a construção das políticas públicas, incluindo as políticas para o esporte.

Autores como Donnelly e Coakley[7] argumentam que o esporte, quando bem planejado, pode ser um vetor de desenvolvimento social e econômico.

Esse entendimento é reforçado por Schulenkorf e Edwards[8], quando apontam a relevância de políticas esportivas estruturadas, articuladas com os setores de saúde, educação e assistência social, para maximizar os benefícios sociais do esporte.

Um dos principais mecanismos de planejamento estratégico e coordenação intersetorial de políticas públicas são os Planos Plurianuais Municipais (PPAs), sendo considerados fundamentais para a concretização de políticas públicas sustentáveis.

Previsto no artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[2], o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos.

No Brasil, as diversidades e desigualdades dos municípios retratamrealidades muito diferentes e por isso a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais devem ser previstos nos Planos Plurianuais Municipais de forma descentralizada, considerando as desigualdades e características populacionais de cada município.

Assim deve ser viabilizado e garantido o acesso da população ao esporte, considerando esse também um importante instrumento de inclusão social, de favorecimento da inserção na sociedade e de ampliação das possibilidades futuras.

É preciso avançar na análise e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer existentes, através de produção científica qualificada, que ainda é escassa e descontínua, mas necessária, visando a construção e conservação de uma sociedade mais saudável.

Assim, o presente trabalho se apresenta em três seções, as duas primeiras são o resultado de trabalhos apresentados em congressos e publicados em revista de divulgação científica de Anais dos Eventos que possibilitaram entender o estado da arte sobre o tema e serviram como base para a seção três que apresenta a análise e avaliação de políticas públicas de esporte em dois municípios do Alto Tietê.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Rever a literatura sobre políticas públicas de esporte e, com base no estado da arte, analisar os Planos Plurianuais (PPAs) de dois municípios do Estado de São Paulo, Guararema e Mogi das Cruzes.

2.2 Objetivos específicos

- Perceber a produção científica relativa a políticas públicas e esporte, tendo a SciELO como base de dados ;
- Examinar a importância da integração do esporte, saúde e lazer nas agendas políticas municipais do Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988;
- Analisar a previsão de distribuição do orçamento público em Políticas Públicas Esportivas nos Planos Plurianuais (PPA) de Guararema e Mogi das Cruzes, nos períodos de 2018-2021 e 2022-2025.

3. ESCOPO

O escopo desta dissertação segue o formato alternativo previsto no Manual de Trabalhos Acadêmicos da UMC.

O presente trabalho foi redigido em três seções que se complementam, duas delas apresentam o resultado de revisões da literatura, desenvolvidas no decorrer do processo formativo e apresentadas em Congressos científicos. A terceira seção apresenta o artigo de análise dos dados coletados pela autora e será enviado para publicação em periódico da área como artigo completo.

A seção I refere-se ao artigo de revisão sistemática de literatura sobre a produção científica de políticas públicas e esporte. Este trabalho foi apresentado no modelo pôster no I SUMMIT UMC, congresso científico realizado em novembro de 2023 e posteriormente publicado no periódico intitulado Revista Científica UMC na edição de dezembro de 2023. Sendo incluído na íntegra nesta dissertação.

A seção II refere-se ao artigo que analisa políticas públicas de esporte e seu impacto na sociedade. Este trabalho foi apresentado, no modelo pôster, no II SUMMIT UMC, congresso científico realizado em novembro de 2024 e posteriormente publicado no periódico intitulado Revista Científica UMC na ediçãode dezembro de 2024. A seção III refere-se ao artigo completo, que com base no estado da arte teve como objetivo levantar e analisar os dados sobre políticas públicas de esporte nos Planos Plurianuais dos municípios de Guararema e Mogidas Cruzes, nos quadriênios 2018 a 2021 e 2022 a 2025.

Sendo assim, cada uma das seções seguintes apresenta o resultadocompleto de estudos realizados pela autora durante o processo formativo.

4. Seção I

ARTIGO: Produção Científica de Políticas Públicas e Esporte

SCHUMACHER, Maria da Graça Sais Borges; MELLO, Tatiana Ribeiro de Campos. Revista Científica UMC, [*S. l.*], v. 8, n. 3, p.e080300087, 2023. Disponível em: Produção científica de políticas públicas e esporte | Revista CientíficaUMC.Acesso em:12 fev. 2025.

1º SUMMIT UMC
PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO **Revista Científica UMC**|RCUMC|ISSN:2525-5150

Produção científica de políticas públicas e esporte

Scientific production of public policies and sport

Producción científica de políticas públicas y de esporte.

Maria da Graça Sais Borges Schumacher[1]*, Fernando Bicocchi Canova[2],
Tatiana Ribeiro de Campos Mello[3].

RESUMO

Objetivo: Perceber a produção científica relativa a políticas públicas e esporte, tendo a SciELO como base de dados. **Métodos:** A pesquisa desse estudo foi bibliográfica. **Resultados:** Buscamos na SciELO publicações de artigos com as palavras-chave políticas públicas e encontramos um total de 12.994 artigos; com a palavra-chave esporte existem na base de dados 4.720 artigos; com as palavras-chave políticas públicas e esporte existem apenas 83 artigos citáveis; ao selecionar revistas no Brasil no ano de 2022 encontramos 9 artigos publicados citáveis abordados como produção científica de políticas públicas e esporte. **Considerações finais:** O Brasil é um país com dimensões e desigualdades sociais de proporções continentais, o esporte tem a capacidade de melhorar a qualidade de vida e saúde, por criar e legitimar estratégias de pertencimento do indivíduo nas manifestações esportivas, sejam esporte-rendimento, esporte-educação e esporte-participação. Esse estudo prioriza reconhecer a produção cientifica das políticas públicas vinculadas ao esporte. Concluímos que são muito escassas e descontínuas as pesquisas de políticas públicas e esporte, embora necessárias na construção e conservação de uma sociedade mais saudável.

Palavras-chave: Políticas públicas, Esporte, Saúde.

ABSTRACT

Objective: Understand scientific production related to public policies and sport, using SciELO as a database. **Methods**: The research for this study was bibliographic. **Results**: WesearchedSciELO for articlepublications with the keywords public policies and found a total of 12,994 articles; with the keyword sport there are 4,720 articles in the database; with the keywords public policy and sport there are only 83 citable articles; Whenselecting magazines in Brazil in 2022, we found 9 citable published articles addressed as scientific production of public policies and sport. **Final considerations**: Brazil is a country with dimensions and social inequalities of continental proportions, sporthas the capacity to improve the quality of life and health, by creating and legitimizing strategies for individual belongingin sporting events, whether sport-performance, sport-education and sport-participation. This study prioritizes recognizing the scientific production of public policies linked to sport. Weconclude that research on public policies and sport is very scarce and discontinuous, although necessary in the construction and conservation of a healthier society.

Keywords: Public policies, Sport, Health.

[1]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:gracaschumacher@yahoo.com.br
[2]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:fernandocanova@umc.br[3]
Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), Mogi das Cruzes, SP, Brasil. E-mail: tatianar@umc.br
MariadaGraçaSaisBorgesSchumacher-https://orcid.org/0009-0002-6344-9916 Fernando
Bicocchi Canova - https://orcid.org/0000-0002-4033-3374
TatianaRibeirodeCamposMello-https://orcid.org/0000-0003-4966-3633

RESUMEN

Objetivo: Comprender la producción científica relacionada conlas políticas públicas y el deporte, utilizando como base de datos SciELO. **Métodos**: La investigación para este estudio fue bibliográfica. **Resultados**: Se buscaronen SciELO publicaciones de artículos con las palabras clave políticas públicas y se encontró un total de 12.994 artículos; con la palabra clave de porte hay 4.720 artículos en la base de datos; con las palabras clave política pública y deporte solo hay 83 artículos citables; Al seleccionar revistas en Brasil en 2022, encontramos 9 artículos publicados citables abordados como producción científica de políticas públicas y deporte. **Consideraciones finales**: Brasil esun país con dimensiones y desigualdades sociales de proporciones continentales, el deporte tiene la capacidad de mejorar la calidad de vida y lasalud, mediante lacreación y legitimación de estrategias de pertenencia individual en eventos deportivos, yasea deporte-rendimiento, deporte-educación y participación deportiva. Este estudio prioriza reconocer la producción científica de las políticas públicas vinculadas al deporte. Concluimos que lainvestigación sobre políticas públicas y deporte es muyescasa y discontinua, aunque necesaria en la construcción y conservación de una sociedad más saludable.

Palabrasclave: Políticas públicas, Deporte, Salud.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, conforme a UNESCO[1] construiu coletivamente a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, esse documento reconhece e registra a atividade física como direito de todos, da mesma forma que a educação e a saúde.

A necessidade de projetos de políticas públicas esportivas, vem de encontro ao artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, BRASIL[2] reconhece como dever do Estado a responsabilidade de garantir os direitos sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Conforme BRASIL[3] na Seção III, do Capítulo III da Constituição Federal,o artigo 217 trata especificamente do desporto e lazer, onde cita como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais obedecendo regras nacionais e internacionais. Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento e ainda conclui que o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Em 2004 aconteceu a I Conferência Nacional do Esporte no Brasil, instituída para ser consultiva e deliberativa na formulação de políticas públicas de esporte e lazer, e teve como temática central: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano.Dando origem aResolução CNE Nº 05 de 14de julho de 2005, Brasil[3]trata da Política Nacional do Esporte, surge anova política nacional do esporte e a resolução de criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Destacando a cidadania, a cultura, com a finalidade de atender aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos, como finalidade atender aspectos do conceito ampliado de Saúde sintonizados com a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Rodrigues[4] pontua a importância de diagnosticar demandas e necessidades sociais, planejar os meios, os instrumentos e recursos adequados, no sentido de atender aos fins almejados na construção de uma política pública, além dos preceitos administrativos é necessário recorrer aos

vários campos do conhecimento.

Assim concordamos com Larchert[5] quando esclarece que a observação do meio descrita em fenômenos e fatos trazem informações linguísticas, as performances e traços específicos do comportamento humano cotidiano e exclusivos de alguns grupos. A singularidade exige atenção para a definição de papéis relativos à idade, gênero e ritos próprios do seu grupo cultural para otimizar a construção das políticas públicas.

Para Brasil[3] a prática esportiva é poderoso instrumento de inclusão social, de favorecimento da inserção na sociedade e de ampliação das possibilidades futuras, para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais que sejam viabilizados e garantam o acesso da população numa perspectiva intergeracional.

As diversidades e desigualdades brasileiras possibilitam realidades muito diferentes, porém, a produção científica é pequena e dificilmente associada, são escassas e descontínuas as pesquisas, mas necessárias na construção e conservação de uma sociedade mais saudável.

MATERIAL E MÉTODOS

A amostra final desta revisão foi constituída por nove artigos científicos, o modo de visualização está expresso em gráficos e quadros, sendo possível a comparação entre todos os estudos selecionados e, logo, a identificação de padrões, diferenças e a sublocação desses tópicos como parte da discussão geral Souza et al.[6] reconhece que apercepção das relações e conclusões requer constatação com a fonte, para que não haja conclusões prematuras ou exclusão de evidências relacionadas aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. A análise e a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrevere classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

Rother[7] destaca que os artigos de revisão bibliográfica, assim como outras categorias de artigos científicos, sãouma forma de pesquisaquese utilizam de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas, para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente o objetivo proposto.

O método, descreve a pesquisa e seus componentes básicos, optamos pelas fontes dedados disponíveis, em plataforma eletrônica na base de dados SciELO (https://www.scielo.br/), onde executamos os procedimentos de coleta dos dados bibliográficos, o contexto de pesquisa e os procedimentos éticos a serem seguidos. Sendo fundamental o método para otimizar a discussão, que é uma das partes mais relevantes de um texto científico, possibilitando salientar as principais descobertas da pesquisa realizada, os objetivos, confrontando-as com o estado da arte da produção científica especializada sobre o problema de pesquisa investigado.

Para favorecer a comunicação do trabalho é eficaz a diagramação e a publicação da ciência, Cruz et al.[8] destacam que a diagramação do manuscrito e sua publicação exigem o uso de referências para a citação de estudos em periódicos científicos.

Os resultados estão apresentados em quadros e após constam descritivamente a apresentaçãodos resultados buscando evidenciar osobjetivos do artigoe as informações estatísticas

encontradas. Nessa perspectiva a conclusão, sintetiza as descobertas relacionadas ao objetivo do artigo, identificando as limitações e perspectivas para novos estudos, Cruz et al. [8] destaca que a diagramação do manuscrito e sua publicação exigem o uso de referências para a citação de estudos em periódicos científicos.

Através da pesquisa bibliográfica buscamos a produção científica das políticas públicas e o esporte. O Programa SciELO(https://www.scielo.br/) além de comunicar pesquisa científica aberta, tem a concepção do conhecimento científico como um bem público global, promove e condiciona a certificação de coleções, e a indexação de periódicos ao controle de qualidade cada vez maisrigoroso e transparente dos processos editoriais, de indexação e de comunicação em 15 países. Sendo possível efetivarmos o acesso à informação, evidências e efetuarmos a análise.

Buscamos na SciELO publicações de artigos com as palavras-chave políticas públicas e encontramos um total de 12.994 artigos; com a palavra-chave esporte existem na base de dados 4.720 artigos; com as palavras-chave políticas públicas e esporte existem apenas 83 artigos citáveis; ao selecionar revistas no Brasil no ano de 2022 encontramos 9 artigos publicados citáveis abordados como produção científica de políticas públicas e esporte. Nosso objetivo tendo a base de dados SciELO, foi perceber a produção científica relativa a políticas públicas e esporte, tornando evidente e possibilitando a análise dos dados coletados no endereço eletrônico https://www.scielo.br.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa cientifica é essencial principalmente porque o conhecimento científico diferencia-se do senso comum, sendo racional e sistemático, a fim de revelar aspectos da realidade. Dalarosa[9], compreende que toda ciência é produzida por meio da pesquisa, que utiliza os mais variados métodos e técnicas para a obtenção de seus propósitos.

Kravchychyn, Oliveira[10] consideram que embora determinado pela Constituição Federal de 1988 o reconhecimento do esporte como um direito não se tornou ação governamental. Foi em 2003 com a criação do Ministério do Esporte (ME) que assume as demandas esportivas como uma questão de acesso dos cidadãos a um direito legalmente garantido e foram estabelecidas três secretarias finalísticas: Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR). Tal estruturação considerou o detalhamento legal das manifestações esportivas, educacional, participação e rendimento.

O Brasil[3] destaca o esporte lazer como prática social vinculada à saúde. Nesse sentido, ações conjuntas entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde vêm sendo desenvolvidas desde 2003, formalizadas através de Portaria Interministerial nº 2.255/03 e configuradas, em 2005, no Projeto de Núcleos de Saúde Integral, sintonizado com o movimento voltado para a saúde das populações.

De acordo com Borges e Tonini[11] as cidades e às demandas da população, somados ao princípio de constitucionalidade alcançados pelo lazer e esporte em 1988, como direito para todos estabeleceu que fossem incluídos nas agendas políticas municipais, gerando ações do estado na dimensão da experiência prática, contemplativa, nas leis de incentivo ao esporte,como meio de apoio

ao esporte espetáculo e ao lazer contemplativo com as influências recíprocas entre esporte e cidade.

O uso alargado do termo esporte ampliou seus significados, daí a importância da abordagem de Azevedo[12] sobre a perspectiva das três dimensões, elenca o esporte-participação, o esporte-educação e o esporte rendimento que representam a ideia como direito de todos.

No esporte-educação os educadores do ensino esportivo, os currículos escolares e algumas políticas públicas tentam, na medida do possível, continuar incorporando na educação física o componente educacional, como meio civilizatório, de formação humana e social visando reproduzir o respeito ao próximo, competição honesta e justa, Rufino et al.[13], o esporte carrega consigo o papel e a função de meio educativo, com objetivo de proporcionar um modo de vida baseado na formação humana, social e cultural. Adotado como princípio no voleibol o *fair play* funciona na conduta das práticas além do esporte, intervindo na sociedade, por conseguinte demonstram que este é muito mais abrangente porque está ligado ao modo de pensar e não apenas no comportamento.

Rufino *et al.*[13], ao discorrer com o Código de Ética Esportiva, elaborado pelo Conselho da Europa em 1996, ressalta o *fair play* além de um comportamento, mais do que o respeito às regras; cobre as noções de amizade, de respeito pelo outro, e de espírito esportivo, a arte de usar a astúcia dentro do respeito às regras. Adota código de ética e exige que seja cumprido principalmente em relação a temas já bastante discutidos, mas que são recorrentes como o doping, violência, desigualdade de oportunidades, comercialização excessiva, a corrupção e seus desdobramentos.

Brasil[14] afirma que a Lei Nº 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Ministério da Educação, prevê à participação da população nas conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. No entanto a mudança daprática não ocorre pela adoção de metodologias e propostas elaboradas por secretarias eministérios, que por maior excelência em projetos, teorias, pesquisas científicas, jamais será concreta e separada das pessoas porque a participação social é essencial. Por isso o fator diferencial é a construção conjunta, entre formadores pesquisadores e professores/atletas/alunos, o debate coletivo, o acúmulo teórico e empírico construído em suas trajetórias pessoais e acadêmicas.

Também considerado essencial na sociedade atual o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Brasil[15] reconhece e legitima direitos às crianças e os subsídios para o planejamento de políticas públicas.Nesse contexto Mendonça, Pires[16] consideram que os jovens devem se sentirem pertencentes ao contexto em que vivem e terem o direito de acesso, na perspectiva de que estar incluído está além da participação no ambiente, mais do que a acolhida, é propor um contexto colaborativo e sensível com os envolvidos, para crescer, se desenvolver e se transformar com ações estruturadas pelos adultos e no experenciar de ações emancipatórias.

Quanto à educação física e a socialização, Brasil[14] atribui a Lei de Diretrizes e Bases – LDB - Lei 9394/96, garante educação física integrada à proposta pedagógica da escola como componente curricular obrigatório da educação básica, garantidos os direitos de acesso ao esporte, obrigatórios os estudos e práticas de educação física de acordo com o contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural de ensino e compreender as dimensões da prática esportiva.

Concordamos com Hoekman, Scheerder[17], ao comentar que os governos assumiram o dever de assegurar o acesso às instalações esportivas como política efetiva de participação esportiva, para facilitar o acesso na lógica socioecológica, onde o ambiente influencia o comportamento individual.

Tendo o esporte potencial de incluir às pessoas que vivem problemas sociais de uma sociedade doente, as pesquisas cientificas e os registros existentes são escassos e há falta de evidências empíricas para demonstrar resultados. É necessário reconhecer a importância de incentivar a participação social, despertar a organização da comunidade civil e diminuir ações violentas da sociedade contemporânea doente, destacamos Gomes et al.[18] considera que as diferentes formas de violência têm impactos no desenvolvimento porque não podemos dissociar a comunidade, pois o conhecimento da sua rotina influencia a produção.

Nesse mesmo sentido Gamboa[19], percebeu que entre o sujeito e o objeto se dá uma relação dialética e dinâmica e destaca que as categorias dialéticas são reflexos do mundo exterior e não podem separar o homem do mundo, mas se unir com ele por serem objetivas e refletirem os processos da natureza e da sociedade tal como existem na realidade. Para incluir políticas públicas é muito importante perceber e buscar compreender as realidades, daí a necessidade da abordagem etnográfica, porque busca a perspectiva do fenômeno, do sujeito pesquisado e a compreensão da sua relação como ação.

Hoekman, Scheerder[17]nas últimas duas décadas, perceberam que o interesse acadêmico por estudos do esporte, cresceu a partir da perspectiva de analisar como ciência política e as relações com a sociologia e a antropologia social. No entanto, as pesquisas sobre políticas esportivas são em maior proporção de origem quantitativa que qualitativa.

Produção científica de políticas públicas e esporte

O objetivo deste estudo é verificar a produção científica relativa a políticas públicas e esporte, na base de dados SciELO, por conter informação de qualidade, evidências para análise e produção, possibilitando o acesso a análise dos dados coletados. Os dados eleitos para otimizar este estudosão as palavras-chave esporte, políticas públicas e políticas públicas e esporte, publicados em coleções e periódicos. Para situar o período utilizamos os filtros temporais todos os anos e o ano de 2022 dada sua proximidade do momento atual. A localização da publicação é referente ao país das revistas que publicaram as coleções e periódicos, a expressão todos se refere aos 15 países que estão vinculado a base SciELO e as produções locais mencionadas como Brasil.

QUADRO 1 - Palavra-chave esporte em artigos citáveis

Variável	**Coleções e periódicos**			
Local de Publicação	Todos	Todos	Brasil	Brasil
Ano de publicação	Todos	2022	Todos	2022
Total de artigos publicados	4.720	346	4.347	292

Fonte: Coleta em banco de dados públicos extraídos de (https://www.scielo.br/)

Realizamos pesquisa quantitativa na Base de dados SciELO para identificar o número de artigos disponíveis com apalavra-chave esporte, em todas as coleções, todos os periódicos, todos os anos de publicação de artigoscitáveis ehá registro deumtotalde 4.720. Optamos como índice o ano 2022, como base para coleta de índices e comparação com o total de produções, assim neste ano houveram 346 artigos citáveis publicados.

Ao especificar artigos com a palavra-chave esporte, com os filtros relativos a publicações no

Brasil, em todas as coleções, todos os periódicos, ano de publicação 2022 há registro de um total de 4.347 artigos citáveis e no Brasil ano de 2022, foram publicados um total de 292 artigos com os mesmos filtros adotados.

QUADRO 2 - Palavra-chave políticas públicas em artigos citáveis

Variável	**Coleções e periódicos**			
Local de Publicação	Todos	Todos	Brasil	Brasil
Ano de publicação	Todos	2022	Todos	2022
Total de artigos publicados	12.994	960	6.366	492

Fonte: Coleta em banco de dados públicos extraídos de (https://www.scielo.br/)

Quandobuscamosa palavra-chave políticas públicas,comos filtros: todas as coleções, todos os periódicos, todos os anos de publicação de artigos citáveis, de todos os locais há registros de 12.994 publicações. No ano de 2022 com os mesmos filtros de inclusão especificando somente produções do Brasil somaram 960 artigos publicados no Brasil os locais de publicação há registro de 6.366, já ao definirmos apenas o ano de 2022, o número cai para 492 artigos publicados.

QUADRO 3 - Palavra-chave políticas públicas e esporte em artigos citáveis

Variável	**Coleções e periódicos**			
Local de Publicação	Todos	Todos	Brasil	Brasil
Ano de publicação	Todos	2022	Todos	2022
Total de artigos publicados	83	9	75	9

Fonte: Coleta em banco de dados públicos extraídos de (https://www.scielo.br/)

Ao pesquisar as palavras-chave políticas públicas e esporte, em todas as coleções, todos os periódicos, todos os locais, de todos os anos de publicação de artigos citáveis existem 83 artigos publicados selecionando todos os locais no ano de 2022. Especificando publicados no Brasil emtodos os anos somam 75 artigos, selecionando o ano de 2022, o número cai para 9 artigos publicados.

QUADRO 4 – Artigos publicados no Brasil em revistas brasileiras em 2022

N	**Títulos**	**Revistas**
1	Effective forms of physical exercise to promote the health of college students[20]	Revista Brasileira de Medicina do Esporte
2	Esporte e prevenção criminal: uma análise dos municípios brasileiros para 2002 e 2010[21]	Economia e sociedade
3	Nível de atividade física de adultos: associação com escolaridade, renda e distância dos espaços públicos abertos em Criciúma, Santa Catarina[22]	Revista Brasileira de Ciência do esporte

4	Government grant for athletic scholarship sin the Federal District: economic profile, athletic information and academic status of the recipients[23]	Revista Brasileira de Ciência do esporte
5	Ofinanciamentocomodesafionaspolíticaspúblicasdesaúde: o caso do Programa Academia da Saúde[24]	Revista Brasileira de Ciência do esporte
6	Centro Rede CEDES-MA: uma experiência exitosa[25]	Revista Brasileira de Ciência do esporte
7	A rede nacional de treinamento e a política esportiva brasileira-mais do mesmo?[26]	Revista Movimento
8	Obstáculos para ser deportista de alto rendimiento en Chile[27]	Revista Movimento
9	Políticas públicas para o paradesporto: programa bolsa-atleta paralímpico no Mato Grosso do Sul / BRASIL[28]	Revista Movimento

Fonte: Coleta em banco de dados públicos: dados extraídos de (https://www.scielo.br/)

De modo breve comentamos os artigos encontrados do ano de 2022, publicados em coleções e periódicos no Brasil, para termos uma percepção dos assuntos tratados.

No artigo Effective forms of physicalexercise to promote the health of collegestudents, Huang, Liang[20], perceberam um certo declínio do nível de saúde física dos estudantes universitários naChina, em seus estudos consideraram que esportes retardaram o declínio da qualidade física dos alunos, porque existe uma correlação positiva entre a condição esportiva e a saúde física e mentaldos universitários. Promovendo cognição, emoção, personalidade e adaptação, os alunos devem formar a consciência do exercício físicosubconscientemente, alémde serem incentivados a participar ativamente de atividades organizadas pelo povo para acessar o esporte e melhorar suas vidasatravés de tais atividades esportivas. A correlação entre saúde física e exercício físico reflete a importância do comportamento de exercício físico para a saúde física dos universitários.

Huang, Liang[20]""The development of public policies should be people-oriented, advertising a university education as a place for training and exportingt alent can enrich the sportinglife of college students, improve the quality of public classteaching in physicaleducation, promote good exercise habits among college students and then improve their physical and mental health".

Rosonetal[21], relacionaram esporte e prevenção criminal, realizaram uma análise dos municípios brasileiros para 2002 e 2010 e alcançaram três principais conclusões: que existe uma relação negativa entre participação esportiva e crimes contra propriedade; a participação esportiva está associada a baixos níveis de crime juvenil; e a associação entre crimes violentos e a participação esportiva é positiva, porém fracamente significativa. Há uma complementariedade entre educação e esporte, revelado pelo desenvolvimento de habilidades não cognitivas por meio do esporte que reforçam as habilidades cognitivas relacionadas à educação.

Nesse sentido Rosonet al.[21], afirmam que para a pesquisa no Brasil ser otimizada são necessárias melhores bases de dados, principalmente acerca de informações sobre o esporte, que ainda são escassas e necessitam de mais dados que permitam trabalhar o tema, assim como efeitos do esporte em demais variáveis sociais. Justificam que se faz necessário a promoção de políticas públicas de prevenção à criminalidade, principalmente entre os jovens que agreguem políticas sociais de natureza esportiva e para o fortalecimento das instituições públicas de gestão do esporte educacional e de participação.

Desse modo, cabe as políticas públicas e gestão das cidades, proporem medidas adequadas e efetivas, que contemplem o desenvolvimento de uma cidade saudável e sustentável, comprometida com deslocamentos, espaços e pessoas ativas, seguindo em direção a melhorias na saúde pública.

Costa et al.[22]realizaram estudos com o objetivo de traçar o perfil dos atletas do Programa Bolsa-Atleta do Distrito Federal para realizar uma análise processual dos fatores que compõem o modelo holístico da dupla carreira. Baseado numa amostra de 25 atletas beneficiados em 2014, verificaram que os atletas não apresentam atraso escolar, têm alta expectativa educacional e a maioria pertence aos extratos socioeconômicos mais altos. Evidenciaram que as instituições esportivas e educacionais devem assumir um papel ativo para estimular a organização de políticas públicas potencializando o investimento do Estado para a promoção do esporte de alto rendimento.

Há importante atenção em âmbito global para as práticas corporais e atividades físicas, os malefícios da inatividade física para a saúde e da carga global de doenças associada a ela, até a sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Carvalho, Vieira[23] apontam que é relevante compreender como o Brasil, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), está desenvolvendo políticas públicas que objetivem ampliar o acesso da população ao Programa Academia da Saúde (PAS).O PAS foi criado em 2011, como uma das ações relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), e possui potencialidade para proporcionar melhores níveis de saúde populacionais a partir da implantação de polos com infraestrutura e profissionais qualificados, contribuindo para promoção da saúde e produção do cuidado.

Em conclusão, Carvalho e Vieira[23] consideraram frente sua pesquisa que o desafio da ampliação de acesso, ainda não conta com expressiva parcela da população brasileira e os programas públicos como o PAS tem ampla possibilidade de diminuir iniquidades relacionadas a tais práticas, defende-se a necessária ampliação de recursos de investimentos e de custeio do PAS por meio do Ministério da Saúde e a gestão do SUS, para possibilitar a ampliação e qualificação do acesso e a continuidade de participação nestas práticas ofertadas pelo programa.

Analisando as principais ações desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES do estado do Maranhão, no período de 2016 a2019, Araújo et al.[24], perceberam que a estruturação do Centro foi planejada tendo em vistaatividades sistemáticas e projetos especiais. A Rede CEDES foi uma ação fundamental para a potencialização dos estudos na área de políticas públicas de esporte e lazer no Maranhão. O Governo Federal, com a extinção do Ministério do Esporte e a suspensão dos principais programas sociais, retrocedeu quanto as condições mínimas ao esporte e ao lazer, a fim de garantir o direito preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Araújo et al.[24] destacam que o intuito desses núcleos foi de ampliar as pesquisas na área de políticas públicas em esporte recreativo e lazer, sob a perspectiva da inclusão social, proporcionando um aumento significativo de visibilidade para questões de políticas públicas relativas a esporte e lazer na sociedade.

A realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 recebeu investimentos, principalmente no atletismo, em todo o território nacional. Miranda, Franco[25]destacam que a Rede Nacional de Treinamento é uma política pública anunciada como legado esportivo dos Jogos. Identificamos o convênio (n° 813831/2014), oriundo de uma chamada pública em 2013, firmado entre a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e o Ministério do Esporte como central nesta implementação. A Rede Nacional de Treinamento se coloca com uma proposta inovadora, que vestea mesma roupagem da política esportiva brasileira.

Ao final, Miranda e Franco[25] concluíram que a Rede Nacional de Treinamento é uma proposta inovadora, que veste amesma roupagem da política esportiva brasileira. Ou seja, não há ruptura com o velho modelo piramidal e o investimento que chega sempre para o topo e é irrisório para as categorias que mais precisariam deste incentivo.

A massificação do esporte tornou visível a interação de várias dimensões do desempenho que favorecem ou dificultam o desenvolvimento de um atleta de alto rendimento. Algumas delas são o contexto socio cultural em que os atletas vivem, a influência das políticas públicas no desenvolvimento a longo prazo da carreira esportiva, o ambiente familiar, amigos, treinadores, além de aspectos nutricionais e psicológicos. Soto-Lagos et al. [26] declaram que o estudo qualitativo busca compreender a partir da voz dos atletas quais são os aspectos considerados como obstáculos ao alto rendimento no Chile. Os resultados mostram que os obstáculos são a falta de apoio, dupla carreira, implementação de formação e discriminação de gênero. Concluíram propondo novos horizontes para as políticas públicas no âmbito do apoio aos atletas que se encarregam de resolver esses obstáculos.

Soto-Lagos et al.[26], buscou como objetivo descobrir os obstáculos para ser deportista de alto rendimientoen Chile, este estudo é uma contribuição para a compreensão de que os obstáculos têm em comum a escassa presença de uma institucionalidade esportiva que garanta a formação e o ótimo desenvolvimento de seus atletas.

Com o objetivo de analisar o Programa Bolsa-Atleta paralímpico no estado de Mato Grossodo Sul que Neves, Silva, Salerno[27], realizaram estudos a partir do número de bolsas, modalidades e categorias. Configurou-se como um estudo descritivo-exploratório, com análise de dados na Plataforma de Dados do Inteligência Esportiva, entre os anos 2004-2020. Foram identificados 114 atletas paralímpicos, 77 do gênero masculino e 37 do feminino, contemplados em 12 modalidades paralímpicas, com destaque para o atletismo. Somaram-se 484 bolsas distribuídas entre ascategorias do programa, com o predomínio da categoria nacional (61,98%) e estudantil (12,39%). Do total, 45,61% mantiveram a bolsa por quatro ou mais anos e 54,39% só tiveram a bolsa entre um e três anos. Conclui-se que o Programa Bolsa-Atleta paralímpico acompanhou os investimentos do governo federal, com a alta de bolsas durante o Plano Brasil Medalhas 2016 e baixa em 2020, em decorrência da pandemia e prioridade governamental. Apesar dos índices citados, sabemos que existem aspectos pouco explorados que podem colaborar para difusão e ampliação do conhecimento acerca das políticas públicas, além de fomentar futuras pesquisas em outros estados do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer a necessidade de políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento integral humano a partir da prática esportiva para inclusão social ampliando o acesso, estendendo seus resultados das crianças até idosos, sem discriminação, o acesso da prática esportiva as camadas sociais de baixa renda, criando igualdade de oportunidades.

Sendo o esporte um meio educativo da e na formação humana, social e cultural que conecta às práticas esportivas, educação, cultura, valores de solidariedade, percepções de respeito e exercita a racionalidade. Possibilita a colaboração e participação sem exclusão, tendo como objetivo principal melhorar a qualidade de vida. O princípio orientador da inclusão requer participação como direito fundamental de participar da educação física e do esporte, conforme proclamado na Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO.

A diversidade, como dimensão humana é produto da construção das relações humanas de convívio, das interações do cotidiano, das vivencias transmitidas, e é neste espaço heterogêneo, da mistura, que se faz necessário disponibilizar o esporte. Neste ambiente, são necessárias às políticas públicas que assegurem qualidade aos processos de inclusão de direitos constitucionais, para uma vivência mais justa, com oportunidades, respeitando a diferença que nos constitui como sujeitos cidadãos,comdireitoaeducação,saúdeelazer respeitando adiversidadeculturaleas necessidades especiais de cada um.

REFERÊNCIAS

(1)UNESCO. Carta Internacional de Educação Física, 1978. Disponível em:https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409 Acesso em: 03 mai.2023.

(2) BRASIL.CONSTITUIÇÃODAREPÚBLICAFEDERATIVADOBRASIL1988.Disponível https://www.planalto.gov.br/Acessoem:19mar.2023.

(3) BRASIL. Resolução CNE Nº 05 de 14 de julho de 2005Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/cne/resoluçõesAcesso em: 03 mai. 2023.

(4) RODRIGUES,M.M.A.**PolíticasPúblicas**.SãoPaulo:Publifolha,2011.

(5) LARCHERT, J. M. O estudo de caso do tipo etnográfico na pesquisa em educação. Ilhéus, Bahia, p. 123-141,2017.Disponívelem:http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub. Acessoem26mar2023.

(6) SOUZA, M. T. D.,SILVA, M. D. D., &CARVALHO, R. D.**Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein. 2010 Mar; 8(1), 102-06.

(7) ROTHER,E.T.**RevisãosistemáticaXrevisãonarrativa**.Rev.Col.Bras.Cir.2007Nov/Dez; 34(6): 428-31.

(8) CRUZ, R.M.,BORGES-ANDRADE,J.E.,ANDRADE,A.L.D.,MOSCON,D.C.B.,MICHELETTO, M. R. D., KIENEN, N., et al. Redação científica de artigos: problemas comuns. Rev. Psi: Org e Trab. 2020 Set; 20(3), 1-2.

(9) DALAROSA, A. Â. **Ciência, pesquisa e metodologia na universidade:** Pesquisa em Educação. Campinas: HISTEDBR, 1999.

(10) KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Esporte educacional no programa segundo tempo: uma construção coletiva. **Journal of PhysicalEducation,** Maringá, v.27, 2016.Disponível em: https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2719Acesso em: 19 mar. 2023.

(11) BORGES, C. N. F.; TONINI, G. T. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influênciasrecíprocasentrecidadeeesporte.**Revista Brasileira de Ciências do Esporte**,Brasília, v.34, n.2, p.281-296, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046237794Acesso em:19 mar. 2023.

(12) AZEVEDO, M. A. O.; GOMES FILHO, A. Competitividades e inclusão social por meio do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, PortoAlegre, v.33, n.3, p.589-603, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000300005Acesso em: 21 mar. 2023.

(13) RUFINO,J.L;BATISTA,P.H.;GUELER,R.;MATARUNA,L.Ofairplaynaatualidade.**Arquivos em Movimento**: Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 57-68, julho/dezembro, 2005. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9060/7190Acesso em: 03 mai. 2023.

(14) BRASIL. Lei Nº 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996. **Ministério da Educação.** Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htmAcesso em: 03 mai. 2023.

(15) BRASIL. Lei 8.069/1990 Estatuto da criança e do adolescente 1990.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htmAcesso em: 03 mai. 2023.

(16) MENDONÇA, K. J. R.; PIRES, F. F. "A gente vinha porque queria e não porque era pressionado": crianças e direitos de participação. **Educaçãoe Pesquisa**: São Paulo, v. 46, p.1-18, 2020.Disponível em:https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046237794Acesso em: 22 mar. 2023

(17) HOEKMAN,R.H.A.; SCHEERDER, J. Sport policy practice and outcome: theoreticalandempirical approaches. **EuropeanJournal For Sport And Society**, v.18, n.2, p.103-113, 2021.Disponível em: https://doi.org/10.1080/16138171.2021.1926772Acesso em: 19 mar. 2023.

(18) GOMES, A. M.; PICCIRILLO, D.; OLIVEIRA, R. T. Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 158-171, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.31060/rbsp.2019.v13.n2.986Acesso em: 27 mar. 2023.

(19) GAMBOA,S.S.EpistemologiadaPesquisaemEducação.Campinas:Práxis,1998.

(20) HUANGK.;NAICHUNL.Effectiveformsofphysicalexercisetopromotethehealthof collegestudents. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**: São Paulo, Sep-Oct 2022. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1517-8692202228052021_0527Acesso em: 12 out. 2023.

(21) ROSON, Igor Oliveira; *et al.* Esporteeprevençãocriminal:umaanálisedosmunicípiosbrasileirospara 2002 e 2010. **Revista Economia e Sociedade:** Campinas,vol. 31, p. 515-545, mai. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n2art11Acesso em: 12 out. 2023.

(22) COSTA, F. R.; et al.GovernmentgrantforathleticscholarshipsintheFederalDistrict:economicprofile, athleticinformationandacademicstatusoftherecipientes.**RevistaBrasileiradeCiênciasdoEsporte**: v.44, São Paulo, 2022. Disponível emhttps://doi.org/10.1590/rbce.44.e001422**Acesso em; 12 out. 2023.**

(23) CARVALHO, F.F.B. de; VIEIRA, L. A. O financiamento como desafio nas políticas públicas desaúde: o caso do Programa Academia da Saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte:** v.44, São Paulo, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/rbce.44.e002322Acesso em: 12 out. 2023.

(24) ARAUJO, S. M. de; Et al. Centro Rede CEDES - MA: uma experiência exitosa. **Revista Brasileirade Ciências do Esporte:** v.44, São Paulo, 2022. Disponívelem: https://doi.org/10.1590/rbce.44.e008822Acesso em: 12 out. 2023**.**

(25) **MIRANDA, C. F.; FRANCO, S. C.** A rede nacional de treinamento e a política esportiva brasileira - mais do mesmo? **Revista Movimento**: v. 28, Campinas, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.116181Acesso em: 12 out. 2023

(26) SOTO-LAGOS, R. A.; et al.Obstáculos para ser deportista de alto rendimientoen Chile. **Revista Movimento**:v28,Campinas,2022.Disponívelem:**https://doi.org/10.22456/1982-8918.121868**Acesso em: 12 out. 2023.

(27) NEVES, L. H. D. V. das; SILVA, D. S.; SALERNO, M.B. Políticas públicas para o paradesporto: programa bolsa-atleta paralímpico no Mato Grosso do Sul / Brasil. **Revista Movimento**: v. 28, Campinas, 2022. Disponível em:https://doi.org/10.22456/1982-8918.121047Acesso em; 12 out.2023.

5. Seção II

ARTIGO: Políticas Públicas de Esporte e seu Impacto na Sociedade

SCHUMACHER, Maria da Graça Sais Borges; MELLO, Tatiana Ribeiro de Campos. Revista Científica UMC, [*S.l.*], v.8, n.3, p.e0904000070,2024. Disponível em: Políticas Públicas de Esporte e seu Impacto na Sociedade | Revista Científica UMC. Acesso em: 12 fev. 2025.

Revista Científica UMC|RCUMC|ISSN:2525-5150

Políticas Públicas de Esporte e seu Impacto na Sociedade

The Importance of Public Sports Policies and Their Impacton Society

La Importancia de las Políticas Públicas de Deporte y su Impacto en la Sociedad

Maria da Graça Sais Borges Schumacher[1],
Tatiana Ribeiro de Campos Mello[2].

RESUMO

Objetivo: O objetivo do artigo é examinar a importância da integração do esporte, saúde e lazer nas agendas políticas municipais do Brasil, conforme estabelecido pelaConstituiçãoBrasileira de 1988. O estudo visa identificar avanços e desafios na implementação dessas políticas, com foco na promoção do esporte como ferramenta de saúde pública e inclusão social. **Métodos:** O artigo utiliza uma abordagem de revisão da literatura, complementada pela análise de políticas públicas implementadas. Essa metodologia permite uma avaliação abrangente dos avanços e das dificuldades enfrentadas na promoção do esporte nas comunidades. **Resultados:** Os resultados indicam que, embora tenha havido progressos significativos na conscientização sobre o papel do esporte na saúde e inclusão social, persistem desafios, como a desigualdade no acesso a recursos e a falta de financiamento adequado. Os dados demonstram que as áreas menos favorecidas enfrentam barreiras significativas na implementação das políticas esportivas. **Considerações Finais:** O artigo conclui que o esporte deve ser visto como uma ferramenta essencial para o engajamento comunitário, desenvolvimento social e promoção do bem-estar. Destaca a necessidade de colaboração contínua entre governo, sociedade civil e iniciativa privada para garantir um acesso equitativo ao esporte. Além disso, propõe que um foco em sustentabilidade e inclusão social é fundamental para fortalecer o papel do esporte como vetor de transformação social no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Esporte, Saúde, Desenvolvimento Sustentável, Inclusão Social.

[1]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:gracaschumacher@yahoo.com.br
[2]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:tatianar@umc.br

MariadaGraçaSaisBorgesSchumacher-https://orcid.org/0009-0002-6344-9916 Tatiana Ribeiro de Campos Mello - https://orcid.org/0000-0003-4966-3633

ABSTRACT

Objective: The objective of the article is to examine the importance of integrating sports, health, and leisure into the municipal political agendas of Brazil, as establishedby the BrazilianConstitution of1988. The study aims to identify advances and challenges in the implementation of these policies, focusing on promoting sports as a tool for public health and social inclusion. **Methods:** The articleemploys a literature review approach, complementedby the analysis of implemented public policies. This methodology allows for a comprehensive evaluation of the progress and difficulties faced in promoting sports within communities. **Results:** The results indicate that, although there have been significant advances in raising awareness about the role of sports in health and social inclusion, challenges persist, such as inequality in access to resources and insufficient funding. The data demonstrate that disadvantaged areas face significantbarriers in implementing sports policies. **Conclusions:** The articleconcludes that sports should be viewed as an essential tool for community engagement, social development, and promoting well-being. It highlights the need for ongoingcollaboration between government, civil society, and the private sector to ensure equitableaccess to sports. Additionally, it proposes that a focus on sustainabilityand social inclusion is fundamental to strengthening the role of sports as a vector for social transformation in Brazil.

Keywords: Public Policies, Sports, Health, Sustainable Development, Social Inclusion.

RESUMEN

Objetivo: El objetivo del artículo es examinar la importancia de la integración del deporte, la salud y e locio en las agendas políticas municipales de Brasil, tal como lo establece la Constitución Brasileña de 1988. El estudio busca identificar avances y desafíos en la implementación de estas políticas, enfocándo se en la promoción del deporte como herramienta de salud pública e inclusión social. **Métodos:** El artículo utiliza un enfoque de revisión de la literatura, complementado por elanálisis de políticas públicas implementadas. Esta metodología permite una evaluación integral de los avances y lasdificultades enfrentadas enlapromocióndel deporte enlas comunidades. **Resultados:** Los resultados indican que, aunque ha habido avances significativos enlaconcientización sobre el papel del deporte en la salud y la inclusión social, persisten desafíos, como la desigualdade nel acceso a recursos y la falta de financiamiento adecuado. Los datos demuestran que las áreas menos favorecidas enfrentan barreras significativas en la implementación de políticas deportivas. **Consideraciones Finales:** El artículo concluye que el deporte debe ser visto como una herramienta esencial para el compromiso comunitario, el desarrollo social y la promoción del bienestar. Destaca la necesidad de una colaboración continua entre el gobierno, la sociedad civil y el sector privado para garantizar un acceso equitativo al deporte. Además, propone que un enfoque en la sostenibilidad y la inclusión social es fundamental para fortalecer el papel del deporte como vector de transformación social en Brasil.

Palabras clave: Políticas Públicas, Deporte, Salud, Desarrollo Sostenible, Inclusión Social.

INTRODUÇÃO

O esporte desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, sendo um meio de promoção da saúde, inclusão social e desenvolvimento econômico. As políticas públicas, por sua vez, são essenciais para estruturar e regulamentar as práticas esportivas, garantindo acesso e qualidade. Através de uma revisão de literatura e análise de exemplos de políticas implementadas, buscamos evidenciar tanto os impactos positivos quanto os desafios enfrentados na implementação dessas políticas, visando contribuir para o aprimoramento das ações governamentais no setor esportivo.

A relação entre o esporte, políticas públicas e sustentabilidade social tem se tornado um campo importante para pesquisas acadêmicas, refletindo a crescente conscientização sobre o papel significativo que o esporte desempenha na promoção do bem-estar coletivo e na construção de uma sociedade mais inclusiva. A UNESCO[1] reconhece a atividade física como um direito de todos, assim como a educação e a saúde, conforme estabelecido na Carta Internacional de Educação Física e Esporte.

Estudos de Fairall, Bateman[2] destacam que a saúde é um indicador crucial do progresso das nações em direção ao Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, Schneider[3] argumenta a necessidade de projetos de políticas públicas esportivas que estejam alinhados ao artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, que estabelece como dever do Estado garantir direitos sociais, incluindo educação, saúde e lazer.

Coakley[4] reforça a importância do esporte no desenvolvimento humano, descrevendo-o não apenas como uma atividade recreativa, mas como uma plataforma poderosa para engajamento comunitário e desenvolvimento social. A Constituição Brasileira[5], desde 1988, enfatiza a importância do acesso ao esporte, destacando, no artigo 217, o dever do Estado em fomentar práticas desportivas e promover o lazer como forma de promoção social.

A I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, resultou na Resolução CNE Nº 05[6], que estabelece a Política Nacional do Esporte e a criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Essa política visa atender às necessidades sociais

dos cidadãos, promovendo um conceito ampliado de saúde que se alinha à Política Nacional de Promoção da Saúde.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme Hopwood, Mellor, O'Brien[7], resulta da conscientização sobre os vínculos entre problemas ambientais e questões socioeconômicas, como pobreza e desigualdade. Machado[8] destaca a necessidade de uma abordagem integrada e sustentável nas políticas públicas esportivas, frenteà pressão crescente sobre os recursos naturais e o sedentarismo da população.

Collins e Kay[9] ampliam a discussão sobre sustentabilidade no esporte, que envolve não apenas a gestão ambiental, mas também a inclusão social e econômica. A Resolução do Conselho Nacional de Esporte reconhece que a prática esportiva é um instrumento eficaz de inclusão social, essencial para garantir direitos sociais em uma perspectiva intergeracional.

Embora o reconhecimento do esporte como direito esteja consagrado na Constituição de 1988, sua implementação efetiva ainda representa um desafio. Kravchychyn, Oliveira[10] mencionam a criação do Ministério do Esporte em 2003, que visa atender às demandas de acesso ao esporte. Entretanto, Betin, Peil e Melo[11] ressaltam que os investimentos na área ainda são insuficientes, principalmente nos municípios, que enfrentam obstáculos significativos na distribuição de recursos.

A Resolução CNE nº 05/2005[6] destaca o esporte e o lazer como práticas sociais vinculadas à saúde, promovendo ações conjuntas entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde. A saúde, conforme definido desde a Conferência Nacional de Saúde de 1986[12], é influenciada por diversos fatores sociais, incluindo educação, renda e acesso a serviços.

A revisão da literatura evidencia uma crescente preocupação sobre como o esporteé utilizado como instrumento de política pública para abordar questões sociais, bem como seu papel no desenvolvimento sustentável e inclusão social. Donnelly, Coakley[13] sugerem que as políticas esportivas devem ser integradas a objetivos de desenvolvimento social e econômico mais amplos, reconhecendo o esporte como um elemento essencial nas políticas de saúde pública e educação.

REVISÃO DE LITERATURA

O crescimento demográfico descontrolado representa uma preocupação global significativa. Atualmente, mais de 54% da população mundial reside em áreas urbanas, e as previsões indicam que esse número pode ultrapassar dois terços até 2050, conforme apontado pela InternationalOrganization for Migration[14]. Este fenômeno não apenas exige que as cidades atendam às demandas básicas de seus habitantes, como habitação, transporte e serviços, mas também que promovam a integridade dos ecossistemas e a inclusão social.

O esporte, reconhecido como um agente transformador, possui um potencial significativo para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas. Ao promovertanto a saúde física quanto a coesão social, o esporte pode ser uma ferramenta poderosa para a construção de comunidades mais saudáveis e resilientes. Estudos indicam que o planejamento urbano impacta diretamente na promoção da atividade física. De acordo com Giles Cortiet al.[15] a criação de espaços públicos acessíveis e bem projetados é fundamental para incentivar a prática esportiva. Esses espaçosnão apenas facilitam a atividade física, mas também promovem a interação social, fortalecendo o tecido social das comunidades.

À medida que a demografia evolui, é essencial que as políticas esportivas se adaptem a essas mudanças. A importância de desenvolver programas inclusivos que atendam a todas as idades é destacada por Taylor e Toohey[16], especialmente considerando o aumento da população idosa. Iniciativas voltadas para a atividade física ao longo da vida são cruciais para atender às necessidades dessa demografia crescente e garantir que todos os cidadãos possam se beneficiar dos efeitos positivos do esporte.

A relação entre esporte e turismo também se destaca como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento econômico e social. Eventos esportivos podem atuar como catalisadores para atrair visitantes, impulsionando a economia local e promovendo o desenvolvimento sustentável. Machado[8] sugere que a implementação de estratégias de turismo esportivo deve maximizar o impacto econômico, respeitando as características locais e incentivando práticas de turismo responsável. Isso pode gerar benefícios duradouros para as comunidades, ao mesmo tempo que preserva sua identidade cultural.

Por outro lado, a sustentabilidade ambiental deve ser uma preocupação central nas políticas esportivas contemporâneas. McCullough, Kellison[17] argumentam que o setordeveadotarpráticassustentáveisemsuasoperações,desdeagestãoeficiente de instalações esportivas até a promoção de eventos com uma menor pegada ecológica. As escolhas feitas em nível local podem ter repercussões globais, especialmente em um contexto de crescente poluição e degradação ambiental. Portanto, ações integradas são essenciais para garantir que o crescimento urbano e as práticas esportivas contribuam para a saúde do planeta.

Além dos benefícios físicos, a prática esportiva está profundamente ligada à saúde mental. Estudos de Huang, Liang[18] mostram que a atividade física melhora a qualidade de vida, combatendo o estresse e a ansiedade, especialmente em jovens. O envolvimento em atividades esportivas pode oferecer uma estrutura positiva e um sentido de pertencimento, como evidenciado por Rosonet al.[19], que destaca a associação entre a participação em esportes e a redução da criminalidade juvenil. A promoção do esporte como uma ferramenta de inclusão social é, portanto, crucial na criação de cidades saudáveis e sustentáveis.

Políticas públicas que integrem iniciativas esportivas e sociais podem reduzir a marginalização e oferecer novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A prática esportiva é particularmente relevante para a recuperação de indivíduos com histórico de dependência química, conforme defendido por Zhou, Kaplanidou[20], que ressaltam que o esporte pode facilitar a reintegração social e promover uma abordagem holística à saúde.

É também imperativo que as políticas esportivas considerem a inclusão de pessoas com deficiência e a promoção da igualdade de gênero. Darcy, Taylor[21] argumentam que a inclusão efetiva vai além do acesso físico, exigindo um ambiente acolhedor que promova a igualdade de participação. Machado destaca a persistente desigualdade de gênero no esporte, sublinhando a necessidade de políticas que garantam oportunidades iguais para mulheres e meninas. A visibilidade de modelos femininos é essencial para inspirar futuras gerações e combater estereótipos prejudiciais.

A inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ é outra questão urgente. Cunningham, Pickett[22] enfatizam a importância de um ambiente esportivo que respeite a diversidade, promovendo aceitação e respeito. A flexibilidade e adaptabilidade das políticas esportivas frente a mudanças sociais, como a digitalização, são fundamentais. Rowe[23] observa que inovações tecnológicas e novas formas de interação social oferecem oportunidades únicas para expandir a participação no esporte.

A massificação do esporte traz à tona a necessidade de políticas públicas que atendam às diversas dimensões que afetam o desempenho e desenvolvimento dos atletas. Soto-Lagos et al.[24] destacam obstáculos, como a falta de apoio e a discriminação de gênero, que exigem uma abordagem inclusiva e robusta nas políticas governamentais. O apoio governamental e uma institucionalidade forte são essenciais para garantir que programas esportivos atendam às necessidades de todos os atletas.

Eventos esportivos internacionais, como os Jogos Olímpicos, oferecem benefícios econômicos significativos. No entanto, Preuss[25] adverte que, sem um planejamento adequado, os custos podem superar os benefícios. A análise de megaeventos esportivos levanta questões sobre a viabilidade econômica e destaca a necessidade de garantir um legado sustentável. Preuss, Solberg[26] argumentam que um planejamento rigoroso é crucial para assegurar que os benefícios se estendam além da arrecadação monetária.

Por fim, a Agenda 2030 da ONU, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforça a interconexão entre saúde, erradicação da pobreza e educação de qualidade. Dora et al.[27] enfatizam que a saúde é um componente fundamental para o sucesso de políticas públicas, destacando os desafios no combate àsdoenças e a necessidade de maior atenção ao tema. No Brasil, o Sistema Único de Saúde busca ampliar o acesso à atividade física e à saúde, como exemplificado pelo Programa Academia da Saúde[28], que visa promover saúde e cuidados preventivos.

A análise das políticas públicas de esporte no Brasil revela um panorama complexo, onde avanços e desafios coexistem. A inclusão do esporte e do lazer nas agendas

políticas municipais, promovida pela Constituição de 1988[5], foi um marcosignificativo que estabeleceu o esporte como um direito social. Entretanto, a efetivação desse direito enfrenta obstáculos, como a desigualdade no acesso a recursos e a falta de infraestrutura adequada, especialmente em áreas menos favorecidas.

Assim, embora as políticas públicas tenham avançado em algumas áreas, é fundamental que continuemos a monitorar e avaliar sua eficácia. Somente por meio de um compromisso contínuo e de uma abordagem colaborativa poderemos garantir que o esporte cumpra seu papel de inclusão e desenvolvimento social, beneficiando toda a população brasileira.

Quadro1: Síntese dos autores e considerações referentes às políticas públicas e ao papel do esporte na sociedade

Autor(es)	Considerações
Conferência Nacional de Saúde, 1986	Define a saúde como resultado de condições sociais e ambientais, enfatizando o acesso ao esporte como promotor de saúde.
Coakley R.	Argumenta que o esporte é uma plataforma para engajamento comunitário e desenvolvimento social, destacando a importância de investimentos adequados.
Kravchyc hyn V, Oliveira A.	Mencionam a criação do Ministério do Esporte em 2003,destacando a importância de investimentos para ampliar o acesso ao esporte.
BetinL, PeilL, Melo R.	Discutem a insuficiência de investimentos como barreira ao direito ao esporte, reforçando a necessidade de alocação de recursos adequados.
Conselho Nacional de Esporte	A Resolução CNE Nº 05 estabelece a Política Nacional do Esporte, ressaltando a importância de financiamento para ampliar o conceito de saúde via esporte.
Donnelly P,Coakley R.	Defendem que o esporte não só promove a saúde, mas também fortalece laços comunitários e reduz a violência, reforçando a necessidade de financiamento adequado.
Collins M,Kay J.	Argumentam que as políticas esportivas devem incluir inclusão social e econômica, além de gestã oambiental, para direcionar o financiamento a infraestrutura acessível.
Giles C, et al.	Ressaltam a importância de investimentos em espaços públicos acessíveis, sendo o financiamento essencial para comunidades vulneráveis que enfrentam barreiras.
Carneiro F, et al.	Analisam o orçamento público para esporte e lazer no Brasil, destacando a importância de financiamento e cooperação entre diferentes níveis de governo.

Fonte: Coleta em banco de dados públicos: dados extraídos de https://www.scielo.br/ Acesso em 15 de nov. 2024.

MÉTODO

A metodologia deste estudo é baseada em uma abordagem qualitativa e analítica, com o objetivo de compreender a relação entre políticas públicas, esporte, saúde e

desenvolvimento sustentável no contexto das políticas públicas. O processo metodológico ocorreu através da revisão de literatura no primeiro momento realizou-se uma busca sistemática de artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais, e documentos governamentais relacionados a políticas esportivas, saúde e desenvolvimento sustentável. Foram considerados estudos que abordam a relação entre esporte e inclusão social, planejamento urbano, e saúde pública, priorizando publicações dos últimos 10 anos.

A análise de dados a partir da codificação temática onde as informações coletadas foram organizadas em categorias temáticas, incluindo saúde mental, inclusão social, igualdade de gênero, e sustentabilidade ambiental. Essa metodologia busca proporcionar uma compreensão abrangente e contextualizada do papel das políticas públicas no fortalecimento do esporte como um vetor de transformação social, enfatizando a necessidade de inclusão e sustentabilidade em um cenário urbano em constante mudança.

Este artigo adota uma abordagem bibliográfica, fundamentando-se em uma revisão crítica da literatura existente sobre políticas públicas relacionadas ao esporte e lazer nas cidades brasileiras. Conforme Borges e Tonini[29], a inclusão do esporte e dolazer nas agendas políticas municipais foi impulsionada pela Constituição de 1988, que garantiu esses direitos a toda a população. Essa base legal estimulou ações do estado, promovendo o desenvolvimento de leis de incentivo ao esporte efomentando tanto o esporte espetáculo quanto o lazer contemplativo.

A pesquisa foi realizada a partir de fontes documentais que refletem as relações de força e os contextos sociais que influenciam a formulação de políticas públicas. Rother[30] ressalta que artigos de revisão bibliográfica são uma forma de pesquisa que utiliza fontes bibliográficas e eletrônicas para compilar e analisar resultados de estudos anteriores, buscando fundamentar teoricamente os objetivos propostos. Assim, foram selecionados artigos acadêmicos, livros e relatórios de organizações governamentais e não governamentais que abordam a interação entre esporte, lazer e políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada destaca a fundamental interconexão entre políticas públicas, esporte, saúde e desenvolvimento sustentável no Brasil. Os dados coletados e as análises apresentadas revelam não apenas os avanços significativos desde a inclusão do esporte nas agendas políticas pela Constituição de 1988, mas também os desafios persistentes que requerem atenção urgente e ação efetiva.

O esporte emerge como um agente transformador, com potencial para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas e promover a coesão social. A criação de espaços públicos acessíveis e bem projetados é essencial para incentivar aatividade física, contribuindo para a saúde física e mental da população. Além disso, a intersecção entre esporte e turismo pode servir como um motor para o desenvolvimento econômico local, mas é vital que essa relação seja desenvolvida de maneira responsável e sustentável, respeitando as comunidades e o meio ambiente.

A inclusão social deve ser uma prioridade inegociável nas políticas esportivas, abrangendo pessoas com deficiência, mulheres, jovens e a comunidade LGBTQIAPN+. A necessidade de programas inclusivos que atendam à diversidade etária é especialmente crítica em um contexto de envelhecimento da população. As políticas públicas devem ser projetadas não apenas para garantir acesso, mas também para fomentar um ambiente acolhedor que promova a participação igualitária.

Adicionalmente, a sustentabilidade ambiental deve ser uma pedra angular das políticas esportivas contemporâneas. A adoção de práticas sustentáveis é imperativa para garantir que o legado do esporte não comprometa o bem-estar das futuras gerações, especialmente em um contexto de crescente preocupação com a degradação ambiental.

Por fim, a colaboração entre governo, sociedade civil e iniciativa privada se revela como um elemento-chave para maximizar o impacto das políticas públicas no setor esportivo. É através de parcerias estratégicas e do engajamento contínuo que será

possível superar as barreiras existentes e garantir que o esporte desempenhe seu papel de inclusão e desenvolvimento social de forma eficaz.

A relevância do material pesquisado é inegável. Ele não apenas fundamenta a importância do esporte como uma ferramenta de transformação social, mas também delineia um caminho claro para a construção de um futuro mais justo, saudável e sustentável. A integração de todas essas dimensões será crucial para que o Brasil avance rumo a uma sociedade que valorize a saúde, a inclusão e a equidade, garantindo que todos tenham acesso ao potencial transformador do esporte.

Este artigo evidenciou a importância das políticas públicas no contexto do esporte e lazer no Brasil, destacando a evolução dessas políticas desde a Constituição de 1988, que garantiu o acesso ao esporte como um direito fundamental para todos. A análise das iniciativas governamentais, como as leis de incentivo ao esporte, revela não apenas um compromisso do estado em promover a prática esportiva, mas também as complexas interações entre as demandas da população e as ações implementadas.

Os estudos revisados confirmam que as políticas públicas devem considerar as especificidades locais e as realidades sociais para serem eficazes. Além disso, é crucial que haja um diálogo constante entre governo, sociedade civil e a iniciativa privada, para que as ações possam ser sustentáveis e verdadeiramente inclusivas. Por fim, embora haja avanços significativos, os desafios persistem, como a necessidade de maior financiamento e gestão eficaz das políticas esportivas. Assim, recomenda-se um fortalecimento das redes de colaboração e um olhar crítico sobre os resultados alcançados, visando sempre à promoção do esporte acessível, diversificado e que atenda às necessidades de toda a população.

REFERÊNCIAS

(1) UNESCO. Carta Internacional de Educação Física. 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409 Acesso em: 03 mai. 2023.

(2) Fairall L, Bateman E. Health workers are vital to sustainable development goals and universal health coverage. BMJ. 2017;356. doi: 10.1136/bmj.j1357. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28336769/ Acesso em: 24 set. 2024.

(3) Schneider V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Civitas –Revista de Ciências Sociais. 2005;5(1):29-57. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33. Acesso em: 22 mar. 2023.

(4) Coakley J. Assessing the sociology of sport: on cultural sensibilities and the great sport myth. IntRevSociol Sport. 2015;50(4–5):402–6. doi: 10.1177/1012690214538864. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1012690214538864 Acesso em: 03 mai. 2023.
(5) Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br Acesso em: 19 mar. 2023.
(6) Resolução CNE Nº 05 de 14 de julho de 2005. Política Nacional do Esporte. Ministério do Esporte. Brasília; 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/composicao Acesso em: 03 mai. 2023.
(7) HopwoodB,MellorM,O'BrienG.Sustainabledevelopment:mappingdifferentapproaches.Sustain Dev. 2005;13:38–52. Doi: 10.1002/sd.244. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227650585 Acesso em: 24 set. 2024.
(8) Machado M.A.D.R. Política pública no esporte: rumo à sustentabilidade social e ao bem-estar coletivo. Rev Contemporânea. 2024;4(5) Doi: 10.56083/RCV4N5-131. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4387 Acesso em: 20 out. 2024.
(9) Collins M, Kay T. Sport and social exclusion. 2nd ed. Abingdon: Routledge; 2014. ISBN 9780415568814. Disponível em: https://www.routledge.com/Sport-and-Social-Exclusion-Second-edition/Collins-Kay-Collins/p/book/9780415568814 Acesso em: 24 set. 2024.
(10) Kravchychyn C,Oliveira AAB. Esporte educacional no programa Segundo Tempo: uma construção coletiva. J Phys Educ. 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/28011 Acesso em: 19 mar. 2023.
(11) Bettin EB, Peil LMN, Melo MP. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. Pensar a Prática. 2018; doi:10.5216/rpp.v21i1.38544.Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/38544 Acesso em: 22 mai. 2024.
(12) Conferência Nacional de Saúde. Relatório final. Brasília; 1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8 Acesso em: 12 out. 2023.
(13) Donnelly P, Coakley J. The Role of Recreation in Promoting Social Inclusion. Ottawa: National Library of Canada; 2002. ISBN 0-9730740-8-6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268324319_The_Role_of_Recreation_in_Promoting_Social_Inclusion Acesso em: 12 out. 2023.
(14) InternationalOrganization for Migration. World migrationreport: Migrants and cities: new partnership to managemobility. Geneva; 2015. Disponível em: http://publications.iom.int/system/files/wmr2015 Acesso em: 12 out. 2023.
(15) Giles-Corti B, et al. City planning and population health: a global challenge. Lancet. 2016;388(10062):2912-24. Disponível em: https://ciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673616300666 Acesso em: 24.set.2024.
(16) TaylorT,TooheyK.Sport,Gender,andCulturalDiversity:ExploringtheNexus.JSportManag. 1999; doi:10.1123/jsm.13.1.1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228392322_Sport_Gender_and_Cultural_Diversity_Exploring_the_NexuS Acesso em: 24 set. 2024.
(17) McCullough BP, Kellison TB. RoutledgeHandbook of Sport and the Environment. 1st ed. Milton Park, Abingdon: Routledge; 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316643563 Acesso em: 20 out. 2024.
(18) Huang K, Naichun L. Effective forms of physicalexercise to promote the health of collegestudents. RevBrasMed Esporte. 2022. doi:10.1590/1517-8692202228052021_0527Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/xk857x6ZXpGYfNg8mg9MnNb Acesso em: 12 out. 2023.
(19) Roson IO, et al. Esporte e prevenção criminal: uma análise dos municípios brasileiros para 2002 e 2010. Rev Economia Sociedade. 2022;31:515-45. doi:10.1590/1982-3533.2022v31n2art11.Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n2art11 Acesso em: 12 out. 2023.
(20) Zhou R, Kaplanidou K. Building social capital from sportevent participation: An exploration of the social impacts of participatory sport events on the community. Sport Manag Rev. 2018;21(5):491-503. doi:10.1016/j.smr.2017.11.001. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1441352317301675 Acesso em: 12 dez. 2023.
(21) Darcy S, Taylor T, Green J. 'But I can do the job': examiningdisabilityemploymentpractice through humanrightscomplaint cases. Disabil Soc. 2016;31(9):1242-74. doi:10.1080/09687599.2016.1256807 Disponível em: https://doi.org/10.1080/09687599.2016.1256807 Acesso em: 12 dez. 2023.

(22) Cunningham GB, Pickett AC. Transprejudice in sport: Differences from LGB prejudice, theinfluence of gender, and changes over time. Sex Roles. 2017;78(3-4):220-7. doi:10.1007/s11199-017- 0791-6. Disponível em:https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-017-0791-6 Acesso em: 24 set. 2024.
(23) Rowe DB. Green roofs as a means of pollutionabatement. EnvironPollut. 2011;159:2100-10. doi:10.1016/j.envpol.2010.10.029.Disponívelem:https://doi.org/10.1016/j.envpol.2010.10.029/ Acesso em: 07 out. 2024.
(24) Soto-Lagos RA, et al. Obstáculos para ser deportista de alto rendimento en Chile. Rev Movimento. 2022;28. doi:10.22456/1982-8918.121868. Disponível em: :https://doi.org/10.22456/1982-8918.121868 Acesso em: 07 out. 2024.
(25) Preuss H. Eventlegacy framework and measurement. Int J Sport Policy Polit. 2019;11(1):103-18. doi:10.1080/19406940.2018.1490336. Disponível em: https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1490336 Acesso em: 12 set. 2024.
(26) Preuss H, Solberg HA. Attracting major sportingevents: The role of local residents. Eur Sport ManagQ.2006;6(4):391-411.doi:10.1080/16184740601154524.Disponível em: https://doi.org/10.1080/16184740601154524 Acesso em:12.dez.2023.
(27) Dora C, Haines A, Balbus J, Fletcher E, Adair-Rohani H, Alabaster G, Hossain R, de Onis M, Branca F, Neira M. Indicators linking health and sustainability in the post-2015 development agenda. Lancet.2015;385(9965):380-91.doi:10.1016/S0140-6736(14)60605-X.Disponívelem: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24923529 Acesso em: 7.out.2024.
(28) Programa Academia da Saúde. Sistema Único de Saúde. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/academia-da-saude Acesso em: 24 set. 2024.
(29) Borges CNF, Tonini GT. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. RevBrasCiênc Esporte. 2012;34(2):281-96. doi:10.1590/S0101-32892012000200003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32892012000200003 Acesso em: 7.out. 2024.
(30) RotherET.RevisãosistemáticaXrevisãonarrativa.2007.Apr;20(2):v–i.Disponívelem: :https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001 Acesso em:12.set.2024.

6. Seção III

ARTIGO: Análise dos Investimentos em Políticas Públicas Esportivas nos Planos Plurianuais de Guararema e Mogi das Cruzes nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025

Será submetido para a Revista Brasileira de Ciências do Esporte.

Publicação de:Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Área: Ciências da Saúde.Versão impressa ISSN: 0101-3289. Versão on-line

ISSN: 2179-3255. Normas em Anexo.

Análise da previsão de investimentos em Políticas Públicas Esportivas descritas nos Planos Plurianuais de Guararema e Mogi das Cruzes nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025

Analysis of Investments in Public Sports Policies in the Multi-Year Plans of Guararema and Mogi das Cruzes for the 2018–2021 and 2022–2025 Planning Periods

Análisis de las Inversiones en Políticas Públicas Deportivas en los Planes Plurianuales de Guararema y Mogi das Cruzes en los Cuatrienios 2018–2021 y 2022–2025

Maria da Graça Sais Borges Schumacher[1]
Tatiana Ribeiro de Campos Mello[2]

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a previsão de distribuição do orçamento público em Políticas Públicas Esportivas nos Planos Plurianuais (PPA) de Guararema e Mogi das Cruzes, nos períodos de 2018-2021 e 2022-2025. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem documental e bibliográfica. Os PPAs foram obtidos nos sites oficiais das prefeituras e analisados, utilizando a palavra-chave “Esporte”. A análisedos dados seguiu a técnica de análise de conteúdoproposta por Bardin, com as etapas de pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A investigação buscou identificar ações e metas voltadas à promoção do esporte. Ambos os municípios enfrentam desafios na integração entre esporte, educação, saúde e assistência social, dificultando a universalização do acesso. Há falta de investimentos em infraestrutura comunitária previstas no PPAs e participação cidadã no planejamento orçamentário, comprometendo a efetividade das políticasesportivas previstas.

Palavras-chave: Plano Plurianual (PPA), políticas públicas, esporte, Guararema, Mogi das Cruzes.

Abstract

This study a imediato analyze the for ecasted distribution of public budget in Sports

[1]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:gracaschumacher@yahoo.com.br
[2]UniversidadedeMogidasCruzes(UMC),MogidasCruzes,SP,Brasil.E-mail:tatianar@umc.br

Public Policies in the Multi-Year Plans (PPA) of Guararema and Mogi das Cruzes, covering 2018-2021 and 2022-2025. It is a qualitative research with documentary and bibliographic approaches. The PPAs were obtained from official municipal websites and analyzed using the keyword “Sports.” Data analysis followed Bardin’s content analysis technique, including pre-analysis, analytical description, and inferentia linterpretation. The studyidentified actions and goals for sports promotion. Both municipalities face challengesintegrating sports with education, health, and social assistance, limiting universal access. Lack of investment in community infrastructure and citizen participation in budget planning compromises the effectiveness of sports policies.

Keywords: Multi-Year Plan (PPA), public policies, sports, Guararema, Mogi das Cruzes.

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar la previsión de distribución del presupuesto público en Políticas Públicas Deportivasenlos Planes Plurianuales (PPA) de Guararema y Mogi das Cruzes, enlos períodos 2018-2021 y 2022-2025. Se trata de una investigación cualitativa con enfoque documental y bibliográfico. Los PPAs se obtuvieronen los sitios oficiales de losmunicipios y se analizaron utilizando la palabra clave “Deporte”. El análisis de datos si guióla técnica de análisis de contenido propuesta por Bardin, con etapas de pre análisis, descripción analítica e interpretación inferencial. Se identificaron acciones y metas para la promoción del deporte. Ambos municipios enfrentan dificultades en la integración entre deporte, educación, salud y asistencia social, lo que limita el acceso universal. La falta de inversión en infra estructura comunitaria y la participación ciudada na en la planificación presupuestaria afectan la efectividad de las políticas deportivas.

Palabras clave: Plan Plurianual(PPA), políticas públicas, deporte, Guararema, Mogi das Cruzes.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento institucional do esporte como direito humano remonta à Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), aprovada em 1978 e revisada em 2015, que afirma o acesso universal ao esporte como elemento essencial para a dignidade humana e a coesão social (UNESCO, 2015). No Brasil, esse princípio está garantido pela Constituição Federal de 1988, que inclui o esporte como um direito social e atribui ao Estado a responsabilidade de fomentar práticas esportivas acessíveis a todos (Brasil, 1988).

Para isso, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao esporte deve ser estruturada com base em instrumentos legais de planejamento e gestão, entre os quais se destaca o Plano Plurianual (PPA). Previsto no artigo 165 da Constituição, o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. É, portanto, um dos principais mecanismos de planejamento estratégico e coordenação intersetorial, sendo fundamental para a concretização de políticas públicas sustentáveis (Brasil, 1988).

Segundo Bresser-Pereira (1996), a eficácia da ação pública depende de um planejamento baseado em diagnósticos realistas e alinhado às necessidades da população. Acevedo Marin (2004) reforça essa visão ao defender a importância da participação cidadã nos processos de elaboração dos PPAs, assegurando maior legitimidade, transparência e efetividade na execução das políticas.

Referente às políticas públicas esportivas, autores como Donnelly e Coakley (2002) argumentam que o esporte, quando bem planejado, pode ser um vetor de desenvolvimento social e econômico. Esse entendimento é reforçado porSchulenkorf e Edwards (2012), que apontam a relevância de políticas esportivas estruturadas, articuladas com os setores de saúde, educação e assistência social, para maximizar os benefícios sociais do esporte.

A lógica do investimento em esporte como instrumento de política pública se alinha também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, particularmente ao ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (ONU, 2015).

O Relatório Nacional Voluntário do Brasil de 2024 sobre os ODS destaca o papel do esporte na promoção da saúde, na inclusão social e na formação cidadã, reconhecendo-o como um fator-chave para o sucesso de políticas públicas em contextos urbanos e rurais (Brasil, 2024).

Nesse cenário, a articulação entre políticas públicas esportivas e os ODS constitui uma estratégia promissora para enfrentar desafios sociais complexos, como desigualdades, sedentarismo e exclusão de populações vulneráveis. Moser (2014) e Goellner (2005) enfatizam que a continuidade do financiamento público e a valorização do esporte a nível municipal são indispensáveis para garantir a universalização do acesso e o fortalecimento do esporte como política estruturante.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo a análise do planejamento governamental relacionado ao esporte, contido nos Planos Plurianuais (PPAs) dos municípios de Guararema e Mogi das Cruzes, compreendendo dois quadriênios: 2018-2021 e2022-2025.

Método

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com delineamento documental e bibliográfico. O objetivo principal é analisar o planejamento governamental das políticas públicas de esporte presentes nos Planos Plurianuais (PPAs) dos municípios de Guararema e Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, durante os quadriênios de 2018–2021 e 2022–2025. A escolha desses municípios se justifica por sua representatividade regional, localização na Região Metropolitana de São Paulo e por apresentarem realidades socioeconômicas distintas, o que permite contrastar diferentes estratégias de planejamento esportivo municipal.

Guararema é um município de pequeno porte com cerca de 31.236 habitantes (Censo 2022), área territorial de 270,8 km² e IDH-M de 0,731. Já Mogi das Cruzes, município de médio a grande porte, possui 449.955 habitantes, área de 712,5 km² e IDH-M de 0,783. As distintas dimensões demográficas, econômicas e institucionais

desses municípios proporcionam um campo fértil para a análise comparativa das políticas públicas de esporte.

A coleta de dados foi realizada por meio da consulta direta aos Planos Plurianuais (PPAs) dos dois municípios, disponíveis nos portais eletrônicos das respectivas prefeituras e em documentos legais publicados em diários oficiais. Também foram consultadas leis municipais correlatas, como as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), além de documentos complementares e relatórios de execução orçamentária.Todos disponíveis nos portais eletrônicos municipais.

Para a identificação das ações relacionadas ao esporte, utilizou-se a busca por palavras-chave como “esporte”, “desporto”, “lazer”, “atividades físicas” e “infraestrutura esportiva”, visando mapear as ações, metas, programas e os respectivos orçamentos vinculados às políticas esportivas.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

1ª Na pré-análise, os documentos foram organizados cronologicamente e lidosde forma flutuante para identificação de categorias iniciais.
2ª Na exploração do material, foi feita a codificação das informações com base em categorias temáticas previamente definidas: (I) estrutura programática e orçamentária; (II) metas e ações; (III) gestão e articulação intersetorial; (IV) continuidade e inovação das políticas públicas.
3ª No tratamento dos resultados, os dados foram organizados em quadros e tabelas comparativas, permitindo evidenciar similaridades e divergênciasentre os dois municípios.

Para garantir a consistência da análise comparativa, foram definidos critérios analíticos comuns, que estruturam a comparação entre Guararema e Mogi das Cruzes. Esses critérios foram extraídos das diretrizes de avaliação de políticas públicas sugeridas por Secchi (2010), adaptadas ao contexto das políticas esportivas:

- Orçamento previsto e executado: análise da alocação de recursos para programas esportivos em cada quadriênio;

- Foco programático: identificação das prioridades (esporte de rendimento, comunitário, educacional etc.);
- Continuidade e mudanças nos programas: verificação da permanência, reformulação ou extinção de programas;
- Articulação intersetorial: presença de conexões entre esporte, saúde, educação, cultura e assistência social;
- Instrumentos legais e normativos: mapeamento das leis e diretrizes que regem as políticas esportivas locais;
- Resultados e metas alcançadas: quando disponíveis, foram analisadas as metas previstas e executadas, conforme relatórios oficiais dos municípios.

Essa abordagem comparativa possibilitou compreender o grau de institucionalização das políticas públicas de esporte, suas prioridades orçamentárias e a capacidade de resposta às demandas sociais locais.

A análise também foi orientada por uma perspectiva transversal baseada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (ONU, 2015). A inclusão desse referencial internacional permitiu avaliar a aderência das políticas locais de esporte aos compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030. O Relatório Nacional Voluntário (Brasil, 2024) foi usado como base para aferir essa aderência.

Entre as limitações, destaca-se a indisponibilidade de relatórios de execução detalhada para todos os anos em ambos os municípios, o que exigiu inferências baseadas nas leis orçamentárias e nas informações gerais dos PPAs. Também houve variações na forma de apresentação dos dados entre os documentos, o que demandou sistematização padronizada para fins comparativos.

Resultados e discussão

Análise Comparativa das Políticas Públicas de Esporte nos PPAs de Guararema e Mogi das Cruzes 2018–2021 e 2022–2025

Guararema e Mogi das Cruzes, inseridos na Região Metropolitana de São Paulo, apresentam perfis sociodemográficos e institucionais distintos que condicionam suas capacidades de planejamento e execução de políticas esportivas. A Tabela 1

resume os indicadores básicos de cada município, conforme os dados do Censo 2022.

Tabela 1 População, Área, Densidade demográfica, IDH-M e PIB per capita municipais.

Indicador	Guararema	Mogi das Cruzes
População (Censo 2022)	31.236 habitantes	449.955 habitantes
Área territorial	270,816 km²	712,541 km²
Densidade demográfica	115,34 hab/km²	631,48 hab/km²
IDHM (2010)	0,731 – Nível Alto	0,783 – Nível Alto
PIB per capita (2021)	R$ 50.771,00	R$ 43.031,00

Fonte:própria autora

Durante o quadriênio 2018-2021, ambos os municípios enfrentaram os impactos da pandemia da COVID-19, que afetou diretamente o orçamento, a capacidade de execução e o alcance das políticas esportivas, com corte de recursos e paralisação de atividades presenciais.

Contudo, a fragmentação da execução orçamentária aponta para desafios na efetivação dessas políticas. Essa distribuição evidencia o que Carneiro e Melo(2021) denominam de “descompasso entre gestão e acesso”.

No período subsequente (2022–2025), observa-se uma reestruturação institucional em ambas as cidades, com tentativa de reorganização dos programas e maior alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse fato sinaliza uma valorização institucional do esporte e lazer como direitos sociais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (PNUD, 2020).

Em consonância com Goellner (2005) e Moser (2014), a importância do esporte como instrumento de desenvolvimento humano, mas também os desafiosrecorrentes para que ele se consolide como política pública essencial, com transversalidade e sustentabilidade intersetorial.

Estrutura e Alocação Orçamentária dos Programas

A valorização orçamentária, ainda que crescente em determinados anos, precisa ser acompanhada por mecanismos de escuta social, monitoramento participativo e planejamento de longo prazo, conforme recomendam Ferreira e Gama (2020).

A consolidação do esporte como direito social e vetor de desenvolvimento exige, mais do que vontade política, um compromisso institucional permanente com a intersetorialidade, o financiamento adequado e a avaliação de resultados baseada em indicadores sociais concretos (Ferreira e Gama, 2020).

A estruturação das políticas esportivas pode ser observada na Tabela 2, que apresenta os programas, metas, ações e órgãos responsáveis pelos PPAs municipais.

Tabela 2 - Programas, metas, ações e órgãos responsáveis nos PPAs 2018-2021 e 2022-2025

Município	Programa	Metas	Ações	Órgão Responsável
Guararema 2018-2021	0014 Cultura, Desporto e Lazer	Atender às atividades desenvolvidas nas áreas de cultura, desporto e lazer, essenciais para o bem-estar e Desenvolvimento da comunidade.	• Manutenção de equipamentos esportivos • Desporto Lazer • Desporto Comunitário	Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer
Guararema 2022-2025	0014 Cultura, Desporto e Lazer 0023 Desporto e Lazer (2022)	Fomentar o esporte e lazer como um direito social e uma ferramenta importante para a qualidade de vida da população.	• Manutenção de equipamentos esportivos • Desporto Lazer • Desporto comunitário	Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer
Mogi das Cruzes 2018-2021	0025Esporte	Ampliar rede de atendimento e integração social, aprimorar infraestrutura, incentivar pratica esportiva da iniciação até alto rendimento e o esporte comunitário.	• Manutenção de equipamentos esportivos • Desporto de rendimento • Desporto comunitário	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Mogi das Cruzes 2022-2025	3003 Esporte	Ampliar rede de atendimento e integração social, aprimorar infra estrutura, incentivar pratica esportiva da iniciação até alto rendimento e o esporte comunitário.	•Manutenção de equipamentos esportivos • Desporto de rendimento • Desporto comunitário	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Fonte: própria autora

A crítica à alocação de recursos é reforçada por Carneiro (2017), que destaca que o Brasil, em sua política esportiva, frequentemente desvia recursos para grandes eventos esportivos e para estruturas de elite, em detrimento de políticas públicas sustentáveis de base.

Souza e Marchi Júnior (2021) também defendem que o esporte deve ser tratado como uma política pública estratégica, devido ao seu impacto positivo em diversas áreas como saúde, segurança e educação, ampliando sua contribuição para o bem-estar social e a construção da cidadania ativa, conforme os princípios da Constituição Federal de 1988.

Na Tabela 3, destacam-se os volumes orçamentários e o foco programático.

Tabela 3 – Orçamento, foco principal e planejamento de longo prazo dos PPAs 2018–2021 e 2022–2025

Critério	Guararema (2018–2021)	Guararema 2022–2025)	Mogi das Cruzes (2018–2021)	Mogi das Cruzes (2022–2025)
Orçamento	2017=30.395.944,37 2018=26.723.944,27 2019=30.483.944,37 2020=30.483.944,37 2021=7.788.000,00	2022=2.695.500,00 2023=2.695.500,00 2024=4.262.000,00 2025=3.758.500,00	2018=9.507.795,00 2019=6.982.272,00 2020=6.982.272,00 2021=7.416.640,00	2022=12.161.819,00 2023=11.279.504,00 2024=11.987.304,00 2025=14.359.424,00
Focoprincipal	Esporte como parte do tripé cultura-desporto-lazer. Prioridade moderada, mas foco difuso.	Maior atenção institucional (programa próprio), porém, com foco em manutenção.	Prioridade baixa,foco em alto rendimento. Pouca atenção à inclusão social.	Ampliação do orçamento e metas ambiciosas,mas ainda com fortecentralização e frágil execução.
Planejamentode longo prazo	Limitado; orçamento fragmentado	Redirecionamento, mas ainda com instabilidade orçamentária	Enfoque em estrutura física	Tentativa de integração intersetorial

Fonte: própria autora

A maior parte dos recursos foi direcionada à administração e apoio institucional, enquanto ações com alto potencial transformador, como a promoção da saúde e a realização de eventos comunitários, tiveram investimentos reduzidos. Essa distribuição orçamentária segue a tendência identificada por Carneiro e Cabral (2023), que alertam para a manutenção de uma lógica centrada no esporte de rendimento e na estrutura institucional, negligenciando políticas sustentáveis e descentralizadas que poderiam beneficiar amplamente as comunidades.

A redução orçamentária em Guararema prevista para 2025, segundo a Lei nº 3689/24, é sintomática: o programa 0023 sofreu retração para R$ 3.758.500,00. Tal corte sinaliza uma reconfiguração das prioridades municipais, com maior foco em saúde, transporte e infraestrutura. Como alerta Carneiro e Castellani Filho (2021), esse padrão de desinvestimento compromete a continuidade de políticas esportivas, tornando-as suscetíveis a ciclos eleitorais e instabilidades econômicas.

Embora o Programa 3003 – Esporte tenha alcançado metas significativas em 2023, com a oferta de 12.354 vagas e a meta era 2.597, registro de 4.012 atletas em formação e a meta era 1.050 (Mogi das Cruzes, 2023), os dados de 2024 indicam fragilidades estruturais. O número de atletas em formação caiu para 1.194, e a cobertura da aquisição de materiais esportivos foi de apenas 20% da meta, o que sugere falhas no planejamento e na execução do programa (Mogi das Cruzes,2024). Esses resultados reforçam a importância de um planejamento mais robusto e de uma gestão mais eficiente, como destaca Bracht (2017), para garantir a eficácia das políticas públicas de esporte.

Avaliação da Gestão e da Integração Intersetorial

A falta de continuidade nas ações e a escassez de materiais e profissionais capacitados, evidenciadas na execução do programa, comprometem a efetividade das políticas esportivas, comoapontado porFerreira eSoares (2023). A ausência de um planejamento contínuo e sustentável para a utilização dos espaços e recursos disponíveis torna os investimentos pouco eficazes, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, que seriam as maiores beneficiárias dessas políticas. A Tabela 4 traz uma avaliação comparativa dos aspectos de gestão e articulação intersetorial.

Tabela 4 – Gestão, articulação e legislação de Guararema e Mogi das Cruzes, nas políticas públicas de esporte nos períodos dos PPAs 2018-2021 e 2022-2025

Aspectos	Guararema	Mogi das Cruzes	Semelhanças	Diferenças
Gestão e continuidade	Oscilações orçamentárias e cortes sinalizam fragilidade estrutural e risco de descontinuidade	Flutuações nos resultados e execução, insuficiência de planejamento e profissionais capacitados	Ambos enfrentam dificuldades em planejamento, execução e continuidade das políticas esportivas	Mogi possui maior orçamento, mas apresenta problemas de execução e articulação intersetorial
Articulação intersetorial	Fragmentação entre cultura, esporte e lazer após 2022; falta de integração com saúde e educação	Deficiência na integração entre esporte,saúdee educação, fragilidades na articulação intersetorial	Ambos evidenciam falta de integração entre setores essenciais para o fortalecimento do esporte	Guararema separou cultura e esporte, afetando articulação; Mogi mantém estrutura única

Instrumentos legais	Lei3224/17 Lei3267/18 Lei3326/19 Lei3372/20 Lei3504/22 Lei3620/23 Lei3689/24	Lei7.320/17 Lei7751/21	Ambos contam com legislação municipal específica para orientar políticas esportivas	Mogi tem leis mais antigas com foco na infraestrutura e incentivo ao esporte de alto rendimento

Fonte: própria autora

No aspecto legal, Guararema demonstra maior dinamismo, com sete leis municipais aprovadas entre 2017 e 2024, o que indica esforço contínuo para regulamentar e adaptar suas políticas esportivas às necessidades locais. Essas leis abordam desde diretrizes gerais até aspectos específicos do fomento ao esporte comunitário e infraestrutura. Já Mogi das Cruzes conta com legislação mais antiga e pontual, com foco em infraestrutura e incentivo ao esporte de alto rendimento, refletindo uma abordagem menos atualizada e mais voltada à performance. Assim, embora ambos contem com instrumentos legais próprios, é necessário que esses marcosnormativos sejam acompanhados de gestão qualificada, articulação entre setores e estratégias voltadas à universalização do acesso ao esporte.

Resultados e Inovações Observadas

A verificação dos PPAs de Guararema e Mogi das Cruzes nos períodos de 2018–2021 e 2022–2025 revela fragilidades comuns na gestão e continuidade das políticas públicas de esporte, com dificuldades no planejamento, execução e articulação intersetorial. A Tabela 5 resume os principais aspectos observados nos PPAs.

Tabela 5 – Comparação entre Guararema e Mogi das Cruzes nas políticas públicas de esporte

Aspecto	Guararema	Mogi das Cruzes	Semelhanças e Diferenças
Ênfase programática	Estruturação básica e inclusão	Esporte educacional e saúde pública	Ambas valorizam o esporte como inclusão social, mas Mogi investe mais em educação esportiva
Continuidade de políticas	Ampliadas no segundo ciclo	Mantidas e aprimoradas	Ambos os municípios mostram continuidade, com aumento de metas
Participação da comunidade	Núcleos comunitários e parcerias	Projetos escolares e academias	Diferem na estratégia: Guararema usa núcleos, Mogi escolas

Investimentos	Crescentes, mas com limitações	Consistente sede maior volume	Mogi tem maior investimento previsto e realizado
Inovação	Moderada – ampliação de polos	Alta – novas modalidades e espaços	Mogi apresenta maior inovação programática

Fonte: própria autora

A insuficiência de articulação intersetorial entre esporte, saúde, educação e assistência social, como apontado por Cárdenas et al. (2018), limita o impacto das ações. Cunha et al. (2022) destacam que uma abordagem intersetorial eficaz é essencial para consolidar o esporte como uma política pública estruturante e eficaz, capaz de transformar a realidade social das comunidades.

A verificação dos PPAs de Guararema e Mogi das Cruzes nos períodos de 2018–2021 e 2022–2025 revela fragilidades comuns na gestão e continuidade das políticas públicas de esporte, com dificuldades no planejamento, execução e articulação intersetorial. Guararema apresenta oscilações orçamentárias significativas, agravadas por cortes em 2021, enquanto Mogi, embora disponha de maior volume de recursos, enfrenta limitações na aplicação eficaz desses investimentos. Ambos carecem de integração entre esporte, saúde e educação, o que compromete a efetividade das ações voltadas à promoção do esporte como ferramenta de inclusão e qualidade de vida.

Discussão: Avanços, Limites e Potencialidades

A análise comparativa dos PPAs permite observar trajetórias distintas: Guararema aposta na construção institucional recente, com foco na regulação e participação comunitária, enquanto Mogi das Cruzes consolidou uma política voltada à formação esportiva e à articulação com o sistema educacional, ainda que com dificuldades de execução e intersetorialidade.

Entre os períodos de 2018–2021 e 2022–2025, observa-se uma significativa diferença na condução e no desenvolvimento das atividades esportivas nos municípios analisados, em razão dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19. Durante o primeiro quadriênio, especialmente entre 2020 e 2021, as ações esportivas foram profundamente limitadas por medidas de distanciamento

social, suspensão de eventos e fechamento de espaços públicos, o que implicou em redução de investimentos, desmobilização de programas e reorientação emergencial das prioridades orçamentárias para áreas como saúde e assistência social. Já no segundo período (2022–2025), as políticas públicas começaram a retomar os investimentos no esporte, buscando recuperar os déficits gerados pela paralisação, com foco em ações inclusivas, comunitárias e integradas a estratégias de promoção de saúde e bem-estar. Ainda que o orçamento esportivo mantenha certa intermitência, identifica-se uma tentativa de reorganização das iniciativas, com destaqueparaavalorizaçãodoesportecomoferramentadereconstruçãosocial no pós-pandemia.

Autoras como Ferreira e Gama (2020) destacam que a transversalidade entre as pastas é fundamental para que o esporte seja efetivamente política de bem-estar social. Cunha et al. (2022) reforçam que, sem essa integração, há desperdício de recursos e menor alcance social. A pandemia expôs essas fragilidades e mostrou a urgência de políticas resilientes e inclusivas (Pereira e Oliveira, 2022).

Como propõem Bracht (2017) e Goellner (2005), é preciso ver o esporte não apenas como performance, mas como dispositivo educativo, cultural e de fortalecimento comunitário. A experiência mogiana, apesar de maior em volume, demonstra que o foco excessivo no rendimento não garante inclusão. Guararema, por outro lado, carece de estrutura e financiamento para expandir boas práticas locais.

A melhoria das políticas exige planejamento orçamentário técnico e permanente, escuta social, formação de gestores e ampliação do alcance territorial com enfoque interseccional (gênero, raça, geração, deficiência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que o esporte, enquanto direito social, ainda enfrenta desafios significativos no âmbito das políticas públicas municipais. A partir dos objetivos propostos, foi possível identificar o quanto os Planos Plurianuais podem ou não funcionar como instrumentos de planejamento efetivo para consolidar o esporte como política estruturante, integrada e inclusiva. A comparação entre Guararema e Mogi das Cruzes revelou diferentes estágios de institucionalização,alémdepráticasorçamentáriaseadministrativasque,muitas

vezes, não convergem com os princípios da universalização do acesso e da equidade.

Sendo assim, os gestores públicos devem ampliar o escopo das políticas esportivas, superando o modelo tradicional centrado em eventos ou atividades recreativas. O esporte deve ser compreendido como ferramenta estratégica de desenvolvimento humano, exigindo investimentos contínuos em infraestrutura, formação, monitoramento e avaliação de impacto. Em ambos os municípios analisados, a fragilidade na articulação intersetorial, a baixa continuidade entre os ciclos de planejamento e a concentração de ações em públicos específicos indicam a necessidade de reorientação das prioridades.

Propõe-se, portanto, a adoção de quatro eixos de aprimoramento:

- Institucionalização da política esportiva com estrutura técnica e corpo gestor permanente;
- Integração do esporte com áreas como saúde, educação, assistência social e turismo, por meio de programas articulados;
- Adoção de mecanismos de escuta ativa da população, assegurando a participação social nos processos decisórios;
- Construção de indicadores próprios para avaliar o alcance e a efetividade das ações, especialmente no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.

Para Guararema, recomenda-se investir em estratégias que aliem esporte e turismo, valorizando a vocação natural do município, além de ampliar o número de programas e parcerias que envolvam a comunidade local. Já em Mogi das Cruzes, é necessário avançar na descentralização e democratização do acesso, diversificando as modalidades oferecidas e estimulando ações afirmativas. Em ambos os casos, o fortalecimento da governança esportiva e do controle social é fundamental para garantir políticas mais duradouras, eficazes e comprometidas com a justiça social.

Propõe-se também que ambos os municípios avancem na criação de consórcios intermunicipais esportivos, que possam otimizar recursos, integrar programas e ampliar o acesso ao esporte como direito social.

Conclui-se, assim, que o esporte, quando tratado como política pública séria e articulada, tem potencial para contribuir com a saúde coletiva, a inclusão, a geração

de renda, o turismo e o fortalecimento da cidadania. Os dados e análises deste estudo indicam caminhos possíveis, mas cabe aos atores locais transformarem essas diretrizes em ação, garantindo que o esporte cumpra sua função social de forma plena e equitativa.

REFERÊNCIAS

Acevedo Marin R. Planejamento participativo e políticas públicas: o desafio da construção democrática. São Paulo: Cortez; 2004. Disponível em: https://www5.pucsp.br/cedepe/publicacoes-acervo.html Acesso em: 10.fev.2025.

Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboaedicoes70225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 11.ago.2024.

Bracht V. Esporte, políticas públicas e direito à cidade: desafios para a gestão democrática do esporte e lazer. Movimento.2021; 27: e27043. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.114057 Acesso em: 17.fev. 2025.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br Acesso em: 19. mar. 2023.

Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral Relatório nacional voluntário, Brasil 2024 / Secretaria-Geral da Presidência da República. --- Brasília : Presidência da República, 2024. https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV Acesso em: 24. set. 2024.

Bresser-Pereira LC. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. https://bresserpereira.org.br/ Acesso em 10. fev. 2025.

Cabral G. Políticas públicas de esporte e controle social: desafios para uma gestão democrática e inclusiva. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 2023; 15: e020032. Disponível em: https://www.rbgur.org.br/article/view/020032

Cárdenas RN, Freire IA, Pumariega YN, Torres CDP. Diagnóstico da Gestão, Estrutura, Organização e Oferta de Atividades de Esporte e Lazer no Estado de Rondônia.LICERE-RevProgPós-GradInterdiscipEstudosLazer.2023;26:276–300. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/45727 Acesso em: 17. fev. 2025.

Carneiro FHS, Castellani Filho L. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. 2021; 8(3): 1–17. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/29366 Acesso em: 24. set. 2024.

Carneiro FHS, Melo MP. Políticas públicas de Educação Física, esporte, saúde e lazer: os grupos de pesquisa e a produção do conhecimento. RevMotrivivência.2021; 33: 345–56. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/81432 Acesso em: 10. mar. 2025.

Carneiro FHS. O orçamento do esporte no governo federal (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor. Revista de Políticas Públicas. 2023; 28(1): 1-20. Disponível em: https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/23337 Acesso em: 25. out. 2024.

Cunha GRC, Andrade WJ, Lopes FM. Esporte como política pública: caminhos para uma gestão intersetorial e cidadã. Licere. 2022; 25:207–226. Disponível em: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2022.40064 Acesso em: 17. fev. 2025.

Darcy S, Taylor T, Green J. 'But I can do the job': examiningdisabilityemploymentpractice through humanrightscomplaint cases. Disabil Soc.2016;31(9):1242-74.doi:10.1080/09687599.2016.1256807Disponívelem: https://doi.org/10.1080/09687599.2016.1256807 Acesso em: 12.dez.2023.

DonnellyP, CoakleyJ. TheRoleofRecreationinPromotingSocialInclusion.Ottawa: National Library of Canada; 2002. ISBN 0-9730740-8-6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268324319_The_Role_of_Recreation_in_Promoting_Social_Inclusion Acesso em: 12. out. 2023.

Ferreira RMP, Soares JSM. Políticas públicas de esporte no Brasil: limites, possibilidades e perspectivas. RevBrasCiênc Esporte. 2023; 45: e20234502. Disponível em: https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20234502 Acesso em: Acesso em: 17. fev. 2025.

Ferreira VLS, Gama GM. Políticas públicas de esporte e lazer: desafios para uma gestão intersetorial e cidadã. Rev Gestão Pública e Desenvolvimento. 2022;18(2):189–205. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rbgpd/article/view/6475 Acesso em:17.fev.2025.

Goellner SV. Esporte, política e inclusão social: o papel das políticas públicas. RevBrasCiênc Esporte. 2005; 26(2): 93–106. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/2X5w5z6D5X9V5r5J5z5X5X5/ Acesso em: 19.abr. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3224, de 06 de outubro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2018–2021 do Município de Guararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar.2025.

Guararema. Prefeitura Municipal.Lei nº3267, de 03 de agosto de 2018. Aprova o Plano Plurianual (PPA) 2018–2021 do Município de Guararema. Disponível em:

https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar.2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Leinº 3326, de 21 denovembro de 2019. Aprova o Plano Plurianual (PPA) 2018–2021 do Município de Guararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar.2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3372, de 5 de novembro de 2020. Aprova o Plano Plurianual (PPA) 2020–2023 do Município de Guararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar.2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3429, de 24 de setembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, altera a LDO 2022 do Município de Guararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3480, de 30 de maio de 2022 - Diretrizes Orçamentarias 2023. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3504, de 22 de julho de 2022. Dispõe sobre oPlanoPlurianual(PPA)2022-2025,alteraaLDO2023doMunicípiodeGuararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3531, de 27 de outubro de 2022. Estima a Receita e fixa Despesa para o exercício 2023. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 11.mar.2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3591, de 12 de maio de 2023. Estabelece Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024e dá outras providências. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 11. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3620, de 1º de setembro de 2023. Estima a Receita e fixa Despesa para o exercício 2024, e atualiza a LDO 2024 e o PPA 2022-2025. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 11. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Lei nº 3689, de 19 de novembro de 2024. Estima a Receita e fixa Despesa para o exercício 2025 e atualiza o PPA 2022-2025. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 11. mar. 2025.

Guararema. Prefeitura Municipal. Transparência-Leis Orçamentarias Município de Guararema. Disponível em: https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias Acesso em: 10.mar. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Guararema 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/guararema.html Acesso em: 17. fev. 2025.

Machado M.A.D.R. Política pública no esporte: rumo à sustentabilidade social e ao bem-estar coletivo. Rev. Contemporânea. 2024;4(5) Doi: 10.56083/RCV4N5-131. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4387 Acesso em: 20. out. 2024

Mogi das Cruzes, Prefeitura de. Relatório anual de avaliação dos programas finalísticos - PPA 2023-2026 - Dados Abertos - 2023 - Prefeitura de Mogi dasCruzes. Disponível em: https:// dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual Acesso em: 13. out. 2024.

Moser A. Esporte: ferramenta de transformação social. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; 2014. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/esporte-e-instrumento-para-transformacao-da-sociedade-defende-fgv Acesso em: 10. fev. 2025.

ONU Brasil, Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2024. Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentável. Acesso em 06.05.2025.

Pereira AP, Oliveira V. Challenges in sustaining public sports programs: a focus on investment reductions and their impact. J Public Policy Sports. 2022; 15: 451-459. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jppsports.2022.06.001 Acesso em: 17.fev. 2025.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Dados Abertos - Prefeitura de Mogi das Cruzes estatísticas. 2024. Disponível em: https:// dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual. Acesso em: 13. out. 2024.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Lei Municipal nº 7.320, de 11 de dezembro de 2017. Mogi das Cruzes: Prefeitura de Mogi das Cruzes; 2017. Disponível em: Leis de Mogi das Cruzes SP - Digitalização, Compilação e Consolidação da legislação municipal. Acesso em: 13.out. 2024.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes é a 24ª melhor cidade do Brasil entre os maiores municípios do País. Prefeitura de Mogi das Cruzes; 2020 fev 18. Disponívelem:https://www.mogidascruzes.sp.gov.br/noticia/mogi-das-cruzes-e-a-24-melhor-cidade-do-brasil-entre-os-maiores-municipios-do-pais Acesso em: 13.out. 2024.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Plano Plurianual (PPA) 2018–2022: dados demográficos e territoriais do município. Mogi das Cruzes: Codata; 2017. Disponível em: https://dados.mogidascruzes.sp.gov.br/organization/codata_org Acesso em: 13. out. 2024.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Plano Plurianual 2018-2021. Mogi das Cruzes: Prefeitura de Mogi das Cruzes; 2018. Disponível em: https://dados.mogidascruzes.sp.gov.br/dataset/plano-plurianual Acesso em: 13. out. 2024.

Prefeitura de Mogi das Cruzes. Plano Plurianual 2022 -2025.Conjunto de dados -2023 - Dados Abertos. Disponível em:

https://dadosadm.mogidascruzes.sp.gov.br/media/arquivos/3eddb107-7c06-490a-b05a-4e8be6c9ed2d/PPA_2022_a_2025 Acesso em: 13. out. 2024.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019/2020. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/ Acesso em: 10. mar. 2025.

Rubim L, Capraro AM. Esporte e políticas públicas: contradições e possibilidades no contexto da inclusão social. RevBrasEstudPedagog. 2021;102(260):272–88. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbep/a/ThB6QkVM4QNykpsXyDy9DKt Acesso em: 12. out. 2023.

Schulenkorf, N., Edwards, D. Maximizing Positive Social Impacts: Strategies for Sustaining and Leveraging the Benefits of Intercommunity Sport Events in Divided Societies.JournalofSportManagement,26,379-390. https://doi.org/10.1123/jsm.26.5.379 https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3563408 Acesso em: 03. mai. 2023.

Souza DL, Marchi Júnior W. O esporte como investimento social: desafios e perspectivas para as políticas públicas brasileiras. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 2021;43:e014620. https://doi.org/10.1590/rbce.43.e014620 Acesso em: 17. fev. 2025.

Taylor T, Toohey K. Sport, Gender, and Cultural Diversity: Exploring the Nexus. J Sport Manag. 1999; doi:10.1123/jsm.13.1.1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228392322_Sport_Gender_and_Cultural_Diversity_Exploring_the_NexuS Acesso em: 24. set. 2024.

UNESCO. Carta Internacional de Educação Física. 1978 [revisada em 2015]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409 Acesso em: 03. mai. 2023.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a interface entre o esporte e as políticas públicas no Brasil, com ênfase em sua presença nas agendas institucionais e seu impacto na vida social. Para tanto, estruturou-se em três seções complementares.

A primeira consistiu em uma revisão sistemática da produção científica nacional sobre políticas públicas de esporte, com base na base de dados SciELO. Apenas nove publicações atenderam aos critérios de inclusão e foram analisadas na pesquisa. Os resultados evidenciaram a escassez e a fragmentação das pesquisas acadêmicas sobre o tema, apesar de o esporte ser reconhecido como direito social desde a Constituição Federal de 1988.

Na segunda seção, buscou-se ampliar o escopo analítico com a inclusão de produções científicas que tratam do impacto das políticas públicas de esporte na sociedade. Por meio de uma revisão narrativa realizada nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar, observou-se a convergência entre os estudos analisados em torno da importância do esporte como ferramenta de desenvolvimento humano, promoção do bem-estar, combate às desigualdades e estímulo à participação cidadã. Foi possível concluir que, para a efetivação desse direito, é imprescindível que o esporte seja tratado como política pública contínua, financiada adequadamente, integrada a outras áreas e desenhada com critérios de equidade, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e comunidades periféricas.

Na terceira etapa do estudo, ao analisar os Planos Plurianuais (PPAs) dos municípios paulistas de Guararema e Mogi das Cruzes nos quadriênios 2018–2021 e 2022–2025, pode-se concluir que, embora o esporte esteja presente como diretriz nos documentos oficiais, sua implementação prática encontra barreiras estruturais, orçamentárias e de articulação intersetorial. Guararema, com menor capacidade financeira, demonstrou avanços na legislação e iniciativas de fomento comunitário, mas ainda carece de maior institucionalização e alcance populacional. Já Mogi das Cruzes, apesar de um orçamento mais robusto, enfrenta dificuldades de

continuidade, ausência de metas claras e baixa integração com outras áreas sociais, como saúde, educação e assistência.

Para Guararema, destaca-se o potencial ainda pouco explorado do turismo esportivo e da valorização de eventos comunitários como catalisadores do desenvolvimento local. Para Mogi das Cruzes, a descentralização da oferta esportiva, a ampliação das modalidades disponíveis e o fortalecimento da participação popular são caminhos estratégicos para garantir equidade no acesso. Em ambos os casos, o investimento em políticas de longo prazo, com continuidade entre gestões e foco na inclusão, é condição indispensável para que o esporte cumpra sua função social plena.

Considerando o estado da arte e a coleta de dados realizada, conclui-se que é necessário institucionalizar o esporte como política pública transversal, com orçamento próprio e equipes técnicas capacitadas. Essa institucionalização deve estar articulada à criação de conselhos municipais de esporte atuantes, à elaboração participativa dos PPAs e à adoção de metas mensuráveis e socialmente relevantes. A articulação com outras áreas como saúde, educação, turismo e assistência social deve ser promovida não apenas no discurso, mas na prática, por meio de programas intersetoriais. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de indicadores sociais e territoriais que possam orientar diagnósticos mais precisos e subsidiar a construção de políticas baseadas em evidências.

A promulgação da Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) reforça e atualiza esse entendimento ao consolidar o esporte como direito social, estabelecer o Sistema Nacional do Esporte e propor diretrizes para o financiamento, participação democrática, gestão integrada e equitativa da política esportiva em todas as esferas da federação.

Em síntese, esta dissertação reafirma o entendimento de que o esporte, quando compreendido como política pública estruturante e tratado com seriedade, intencionalidade e visão de futuro, possui um imenso potencial de transformação social. Não se trata apenas de fomentar práticas esportivas, mas de garantir um direito fundamental que contribui para a saúde coletiva, o pertencimento social, a geração de renda e o fortalecimento da democracia. Transformar diretrizes em ações concretas dependerá do compromisso dos gestores públicos, da mobilização das

comunidades e da construção de uma cultura política que reconheça no esporte um bem comum — estratégico, transversal e indispensável ao desenvolvimento humano e social do país.

REFERÊNCIAS

1. UNESCO. International Charterof Physical Education, Physical Activity and Sport [Internet]. 1978 [citado em 2023 Maio 03]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409.

2. Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF): Presidência da República; [2023] [citado em 19 Mar 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

3. Brasil. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte; revoga a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dispositivos das Leis nºs 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011. Diário Oficial da União [Internet]. 2023 Jun.15 [citado em 2025 Fev 17]; (112 seção 1):1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm.

4. Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Relatório nacional voluntário,Brasil 2024 [Internet]. Brasília: Presidência da República; 2024 [citado em 2024 Set 24]. Disponível: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/RNV_Brasil%202024/portugues/copy_of_RNVatualizadoset24reduzidoembytes.pdf.

5. Conselho Nacional do Esporte. Resolução CNE Nº 05 de 14 de julho de 2005. Aprova a Política Nacional do Esporte [Internet]. Ministério do Esporte. Brasília, DF: CNE; 2005 [citado em 2023 Maio 03]. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgao-colegiado-1/5.pdf.

6. Rodrigues MMA. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha; 2011.

7. Larchert, JM. O estudo de caso do tipo etnográfico na pesquisa em educação. In: Mororó LP, Couto MES, Assis RAM, organizadores. Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [Internet]. Ilhéus, BA: EDITUS; 2017 [citado em 2023 Mar 26]. p. 123-141. Disponível em: http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub.

8. Donnelly P, Coakley J. The Role of Recreation in Promoting Social Inclusion [Internet]. Ottawa: National Library of Canada; 2002 [citado em 2023 Out 12]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268324319_The_Role_of_Recreation_in_Promoting_Social_Inclusion.

9. Schulenkorf N, Edwards D. Maximizing Positive Social Impacts: Strategies for Sustainingand Leveraging the Benefits of Intercommunity Sport Eventsin Divided Societies. Journal of Sport Management [Internet] 2012 Sep [citado em 2023 Maio 03]; 26(5):379-390. Disponível em: https://journals.humankinetics.com/view/journals/jsm/26/5/article-p379.xml. doi: 10.1123/jsm.26.5.379.

ANEXO A – Quadros descritivos e comparativos dos Planos Plurianuais analisados para o desenvolvimento do capítulo 3 – a partir dos dados públicos dos municípios de Guararema e Mogi das Cruzes

Quadro 1– Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores no PPA da Prefeitura de Guararema 2018-2021.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dos Valores
0025	Reserva de Contingência	3.500,000,00	25º
0019	Planejamento Urbano	376.000,00	24º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	752.000,00	23º
0018	Agricultura	1.296.000,00	22º
0006	Habitação	1.626.000,00	21º
0013	Educação Especial	3.889.192,69	20º
0003	Previdência Municipal	4.220.000,00	19º
0016	Turismo	7.798.794,82	18º
0020	DívidaInterna	8.700.000,00	17º
0022	Emprego	10.138.000,00	16º
0001	Processo Legislativo	10.900.000,00	15º
0023	Gestão Ambiental	11.927.768,91	14º
0007	Infraestrutura	12.614.172,28	13º
0021	Limpeza Pública	17.696.000,00	12º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	22.559.000,00	11º
0017	Transportes	24.558.000,00	10º
0024	Monitoramento e Segurança	25.056.000,00	9º
0005	Assistência	26.675.000,00	8º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	30.395.944,37	7º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	30.486.000,00	6º
0012	TransporteEscolar	41.690.000,00	5º
0008	Serviços Urbanos	49.200.000,00	4º
0002	Administração Geral	103.006.000,00	3º
0010	Ensino Regular	110.381.101,41	2º
0015	Saúde	153.829.210,00	1º
TOTAL		R$ 713.270.184,48	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 2 - Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores no período de 2018 - 2021, PPA da Prefeitura de GuararemaLei nº3267 de 03.08.2018.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dos valores
0019	Planejamento Urbano	331.000,00	25º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	530.000,00	24º
0006	Habitação	652.000,00	23º
0018	Agricultura	1.137.000,00	22º
0025	Reserva de Contingência	3.650.000,00	21º
0013	Educação Especial	4.168.192,69	20º
0003	Previdência Municipal	4.220.000,00	19º
0023	Gestão Ambiental	6.431.000,00	18º
0016	Turismo	7.642.794,82	17º
0022	Emprego	9.350.000,00	16º
0020	Dívida Interna	10.330.000,00	15º
0001	Processo Legislativo	10.900.000,00	14º
0021	Limpeza Pública	17.589.000,00	13º
0024	Monitoramento e Segurança	19.995.500,00	12º
0017	Transportes	24.331.000,00	11º
0007	Infraestrutura	24.706.675,38	10º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	25.109.000,00	9º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	26.723.944,37	8º
0005	Assistência	27.292.000,00	7º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	27.428.901,00	6º
0012	Transporte Escolar	42.332.754,00	5º
0008	Serviços Urbanos	57.572.000,00	4º
0002	Administração Geral	95.965.000,00	3º
0010	Ensino Regular	109.832.273,66	2º
0015	Saúde	180.832.145,00	1º
TOTAL		R$ 739.052.180,92	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 3 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer entre 2018 e 2021, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3267 de 03.08.2018.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2018	Total Ação Valor 2019	Total Ação Valor 2020	Total Ação Valor 2021	Valor Total da Ação
Cultura/Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	1.356.944,37	20.000,00	10.000,00	10.000,00	1.396.944,37
Cultura/ Difusão Cultural	Fundo Municipal de Cultura	20.000,00	23.000,00	5.000,00	5.000,00	53.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Atividades de desenvolvimento Cultural	1.395.000,00	1.470.000,00	1.589.000,00	1.714.000,00	6.168.000,00
Cultura / Patrimônio Histórico, Artísticoe Arquiológico	Atividades vinculadas ao Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico.	90.000,00	97.000,00	98.000,00	117.000,00	402.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	1.035.000,00	230.000,00	14.000,00	629.000,00	1.908.000,00
Administração/Admin. Geral	Cultura, desporto e lazer	1.390.000,00	1.484.000,00	1.636.000,00	1.886.000,00	6.396.000,00
Desporto e lazer/Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	30.000,00	27.000,00	9.000,00	9.000,00	75.000,00
Desporto e lazer/Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.070.000,00	2.079.000,00	973.000,00	983.000,00	5.105.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	500.000,00	550.000,00	600.000,00	620.000,00	2.270.000,00
Desportoe lazer/Desporto Comunitário	Subvenções	710.000,00	715.000,00	720.000,00	725.000,00	2.870.000,00
Total do Programa						R$ 26.723.944,37

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 4 - Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores no período de 2018 - 2021, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº 3326 de 21.11.2019.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado	Ordem crescente distribuição dos valores
0019	Planejamento Urbano	321.000,00	25º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	575.000,00	24º
0018	Agricultura	1.112.000,00	23º
0006	Habitação	2.036.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	4.220.000,00	21º
0013	Educação Especial	4.462.000,00	20º
0025	Reserva de Contingência	5.901.500,00	19º
0016	Turismo	8.507.794,82	18º
0022	Emprego	9.805.000,00	17º
0001	Processo Legislativo	10.650.000,00	16º
0023	Gestão Ambiental	12.881.000,00	15º
0020	Dívida Interna	13.430.000,00	14º
0021	Limpeza Pública	20.734.000,00	13º
0024	Monitoramento e Segurança	22.294.500,00	12º
0017	Transportes	25.058.000,00	11º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	27.411.901,00	10º
0005	Assistência	29.568.000,00	9º
0007	Infraestrutura	29.873.477,04	8º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	30.483.944,37	7º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	33.411.000,00	6º
0012	Transporte Escolar	42.820.445,60	5º
0008	Serviços Urbanos	71.203.002,63	4º
0002	Administração Geral	131.336.195,00	3º
0015	Saúde	188.358.804,37	2º
0010	Ensino Regular	112.609.7200,01	1º
TOTAL		R$ 839.064.284,84	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 5-Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer entre 2018 e 2021, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº 3326 de 21.11.2019.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	TotalAção Valor2018	TotalAção Valor2019	TotalAção Valor2020	TotalAção Valor2021	ValorTotal daAção
Cultura/Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	50.000,00	10.000,00	10.000,00	100.000,00	170.000,00
Desporto e lazer/Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	1.356.944,37	20.000,00	1.940.000,00	200.000,00	3.516.944,37
Cultura/Difusão Cultural	Fundo Municipal de Cultural.	20.000,00	23.000,00	5.000,00	5.000,00	53.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Atividades de desenvolvimento Cultural	1.395.000,00	1.470.000,00	1.889.000,00	1.919.000,00	6.673.000,00
Cultura / Patrimônio Histórico, Artístico e Arquiológico	Atividades vinculadasao Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico.	90.000,00	97.000,00	143.000,00	167.000,00	497.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	1.035.000,00	230.000,00	659.000,00	509.000,00	2.433.000,00
Administração/ Administração Geral	Cultura, desportoelazer	1.390.000,00	1.484.000,00	1.616.000,00	801.000,00	5.291.000,00
Desporto e lazer/Desporto Comunitário	FundoMunicipal de Esporte	30.000,00	27.000,00	9.000,00	9.000,00	75.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desportoe Lazer	1.070.000,00	2.079.000,00	2.205.000,00	1.256.000,00	6.610.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Subvenções	500.000,00	550.000,00	600.000,00	650.000,00	2.300.000,00
Desporto e lazer/Desporto Comunitário	Subvenções	710.000,00	715.000,00	720.000,00	720.000,00	2.865.000,00
Total do Programa						R$ 30.483.944,37

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 6 - Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores no período de 2018 - 2021, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº 3372 de 5 de novembro de 2020.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valordestinado	Ordem crescente distribuição dosvalores
0019	Planejamento Urbano	321.000,00	25º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	575.000,00	24º
0018	Agricultura	1.112.000,00	23º
0006	Habitação	2.036.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	4.220.000,00	21º
0013	Educação Especial	4.462.000,00	20º
0025	Reserva de Contingência	5.901.500,00	19º
0016	Turismo	8.507.794,82	18º
0022	Emprego	9.805.000,00	17º
0001	Processo Legislativo	9.900.000,00	16º
0023	Gestão Ambiental	12.881.000,00	15º
0020	Dívida Interna	13.430.000,00	14º
0021	Limpeza Pública	20.734.000,00	13º
0024	Monitoramento e Segurança	22.294.500,00	12º
0017	Transportes	25.058.000,00	11º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	27.411.901,00	10º
0005	Assistência	29.568.000,00	9º
0007	Infraestrutura	29.873.477,04	8º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	30.483.944,37	7º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	33.411.000,00	6º
0012	Transporte Escolar	42.820.445,60	5º
0008	Serviços Urbanos	71.203.002,63	4º
0010	Ensino Regular	112.609.720,01	3º
0002	Administração Geral	131.336.195,00	2º
0015	Saúde	189.108.804.37	1º

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 7 – Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores do PPA2022-2025 da Prefeitura de Guararema Lei nº3429 de 24.09.2021.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dosvalores
0006	Habitação	132.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	4.200.000,00	21º
0013	Educação Especial	8.150.000,00	20º
0022	Reserva de Contingência	9.970.297,00	19º
0020	GestãoAmbiental	11.252.000,00	18º
0001	Processo Legislativo	14.495.000,00	17º
0021	Monitoramentoe Segurança	20.798.000,00	16º
0018	DívidaInterna	21.200.000,00	15º
0016	Turismo	22.177.769,00	14º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	26.015.192,00	13º
0017	Transportes	26.990.000,00	12º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	27.248.000,00	11º
0005	Assistência	27.612.385,00	10º
0007	Infraestrutura	27.754.000,00	9º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	28.107.040,00	8º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	31.462.000,00	7º
0019	Limpeza Pública	32.099.648,00	6º
0012	Transporte Escolar	49.988.402,00	5º
0008	Serviços Urbanos	97.698.256,00	4º
0010	Ensino Regular	140.674.567,00	3º
0002	Administração Geral	164.745.633,00	2º
0015	Saúde	215.891.811,00	1º
TOTAL		1.008.662.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 8 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer 2022-2025, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3429 de 24.09.2021.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2022	Total Ação Valor 2023	Total Ação Valor 2024	Total Ação Valor 2025	Valor Total da Ação
Cultura/Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	300.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	330.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	10.000,00	10.000,00	2.000.000,00	10.000,00	2.030.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Fundo municipal de Cultura	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural.	1.076.000,00	1.091.000,00	1.106.000,00	1.121.000,00	4.394.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	509.000,00	509.000,00	509.000,0	509.000,0	2.036.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	2.342.000,00	2.409.000,00	2.476.000,00	2.543.000,00	9.770.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	FundoMunicipald e Esporte	3.000,00	3.000,0	3.000,0	3.000,0	12.000,0
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.645.000,00	1.678.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00	6.748.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	950.000,00	660.000,00	670.000,00	680.000,00	2.960.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	950.000,00	730.000,00	740.000,00	750.000,00	3.170.000,00
Total do Programa		7.788.000,00	7.103.000,00	9.218.000,00	7.253.000,00	R$ 31.462.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 9 – Síntese dos códigos dos programas governamentais, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição conforme LDO Lei 3480, PPA da Prefeitura de Guararema para o ano 2023.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem distribuição dos valores
0005	Assistência	0,00	26º
0006	Habitação	0,00	25º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	0,00	24º
0016	Turismo	0,00	23º
0026	Habitação	33.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	1.050.000,00	21º
0022	Reserva de Contingência	2.001.180,00	20º
0020	Gestão Ambiental	2.686.000,00	19º
0001	Processo Legislativo	3.440.000,00	18º
0013	EducaçãoEspecial	3.513.000,00	17º
0023	Desporto e Lazer	3.625.500,00	16º
0018	Dívida Interna	5.200.000,00	15º
0007	Infraestrutura	5.381.000,00	14º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	6.405.300,00	13º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	6.490.000,00	12º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.568.500,00	11º
0024	Cultura eTurismo	6.623.120,00	10º
0021	Monitoramento e Segurança	6.650.000,00	9º
0017	Transportes	6.692.000,00	8º
0025	Desenvolvimento Social	7.075.780,00	7º
0019	Limpeza Pública	7.955.000,00	6º
0012	Transporte Escolar	12.344.220,00	5º
0008	Serviços Urbanos	24.244.100,00	4º
0010	Ensino Regular	35.821.700,00	3º
0002	Administração Geral	40.054.900,00	2º
0015	Saúde	56.765.700,00	1º
TOTAL		1.008.662.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro10 -Tabela detalhada dos valores destinados aos programas de 0014 Cultura, desporto e lazer e o programa 0023 Esporte e Lazer do PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3480 de 30.05.2022 para o ano de 2023.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	0,00
0014	Cultura/Difusão Cultural	Fundo municipal de Cultura	0,00
0014	Cultura/Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural	0,00
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	0,00
0014	Administração/Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	0,00
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	0,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	10.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.678.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	730.000,00
0023	Administração/Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	1.204.500,00
		Total do Programa	3.625.500,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro11 – Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer e Programa Esporte e Lazer 2022 - 2025, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3480 de 30.05.2022.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2022	Total Ação Valor 2023	Total Ação Valor 2024	Total Ação Valor 2025	Valor Total da Ação
Cultura/Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Fundo municipal De Cultura	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural	1.076.000,00	0,00	0,00	0,00	1.076.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	509.000,00	0,00	0,00	0,00	509.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	2.342.000,00	0,00	0,00	0,00	2.342.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas		10.000,00	2.000.000,00	10.000,00	2.020.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte		3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer		1.678.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00	5.103.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções		730.000,00	740.000,00	750.000,00	2.220.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer		1.204.500,00	1.238.000,00	1.271.500,00	3.714.000,00
Total do Programa		7.788.000,00	3.625.500,00	5.682.000,00	3.758.500,00	20.854.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 12 – Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados aos Programas Governamentais e ordem de distribuição conforme LDO - Lei nº3504 de 22.07.2022, PPA da Prefeitura de Guararema 2022-2025.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição Dos valores
0006	Habitação	33.000,00	26º
0026	Habitação	99.000,00	25º
0016	Turismo	3.583.000,00	24º
0003	Previdência Municipal	4.200.000,00	23º
0013	Educação Especial	6.160.000,00	22º
0005	Assistência	6.696.000,00	21º
0014	Cultura, Desporto e Lazer	7.788.000,00	20º
0022	Reserva de Contingência	9.970.297,00	19º
0023	Desporto e Lazer	12.316.000,00	18º
0020	Gestão Ambiental	13.212.000,00	17º
0001	Processo Legislativo	14.495.000,00	16º
0021	Monitoramento e Segurança	18.498.000,00	15º
0025	Desenvolvimento Social	20.296.385,00	14º
0018	Dívida Interna	21.200.000,00	13º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	25.997.040,00	12º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	26.085.192,00	11º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	26.958.000,00	10º
0017	Transportes	31.610.000,00	9º
0019	Limpeza Pública	32.732.400,00	8º
0012	Transporte Escolar	49.988.402,00	7º
0007	Infraestrutura	59.944.000,00	6º
0024	Cultura eTurismo	62.682.769,00	5º
0008	Serviços Urbanos	100.396.256,00	4º
0002	Administração Geral	183.969.881,00	3º
0010	Ensino Regular	224.114.567,00	2º
0015	Saúde	235.941.811,00	1º
TOTAL		1.198.967.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro13-Tabela detalhada dos valores destinados ao programa 0014 de Cultura, desporto e lazer e programa 0023 Esporte e Lazer PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3504 de 22.07.2022.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e Implantação de Unidades Culturais	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e Implantação de Áreas Esportivas	0,00
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Fundo municipal de Cultura	0,00
0014	Cultura/Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural	0,00
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	0,00
0014	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	0,00
0014	Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	0,00
0014	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	0,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e Implantação de Áreas Esportivas	10.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.518.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	10.000,00
0023	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	1.154.500,00
		Total do Programa	2.695.500,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 14 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer 2022 e Programa Esporte e Lazer 2022 - 2025, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3504 de 22.07.2022 para o ano 2023.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2022	Total Ação Valor 2023	Total Ação Valor 2024	Total Ação Valor 2025	Valor Total da Ação
Cultura/Difu são Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura/Difu São Cultural	Fundo municipal de Cultura	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural.	1.076.000,00	0,00	0,00	0,00	1.076.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	509.000,00	0,00	0,00	0,00	509.000,00
Administraç ão/Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	2.342.000,00	0,00	0,00	0,00	2.342.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e Implantação de Áreas Esportivas	-	10.000,00	2.000.000,00	10.000,00	2.020.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	-	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	-	1.518.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00	4.943.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	-	10.000,00	740.000,00	750.000,00	1.500.000,00
Administraç ão/Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	-	1.154.500,00	1.418.000,00	1.271.500,00	3.844.000,00
Total do Programa		7.788.000,00	2.695.500,00	5.862.000,00	3.758.500,00	20.104.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 15 – Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados aos Programas Governamentais e ordem de distribuição conforme LDO - Lei 3504, PPA da Prefeitura de Guararema para o exercício 2023.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição Dos valores
0026	Habitação	33.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	1.050.000,00	21º
0007	Infraestrutura	1.171.000,00	20º
0013	Educação Especial	1.523.000,00	19º
0022	Reserva de Contingência	2.001.180,00	18º
0020	Gestão Ambiental	2.596.000,00	17º
0023	Desporto e Lazer	2.695.500,00	16º
0001	Processo Legislativo	3.440.000,00	15º
0021	Monitoramento e Segurança	4.350.000,00	14º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	4.458.500,00	13º
0018	Dívida Interna	5.200.000,00	12º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	6.200.000,00	11º
0025	Desenvolvimento Social	6.455.780,0000	10º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	6.475.300,00	9º
0017	Transportes	6.692.000,00	8º
0019	Limpeza Pública	7.640.000,00	7º
0012	Transporte Escolar	12.344.220,00	6º
0024	Cultura e Turismo	18.373.120,00	5º
0008	Serviços Urbanos	22.494.100,00	4º
0002	Administração Geral	38.264.900,00	3º
0015	Saúde	76.815.700,00	2º
0010	Ensino Regular	83.781.700,00	1º
TOTAL		314.055.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 16 - Tabela detalhada dos valores destinados ao programa Desporto e lazer para o ano de 2023, Secretaria Municipal de Esporte e Lazerda Prefeitura de Guararema Lei nº3531 de 27.10.2022.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	10.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.518.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	10.000,00
023	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esportes e lazer	1.154.500,00
		Total do Programa	2.695.500,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 17 – Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados aos Programas Governamentais e ordem de distribuição conforme LDO - Lei 3591/2023, PPA da Prefeitura de Guararema para o exercício 2024.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dos valores
0026	Habitação	33.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	1.050.000,00	21º
0013	Educação Especial	1.687.000,00	20º
0022	Reserva de Contingência	2.032.245,00	19º
0020	Gestão Ambiental	2.690.000,00	18º
0001	Processo Legislativo	3.555.000,00	17º
0018	Dívida Interna	4.000.000,00	16º
0023	Desporto e Lazer	4.262.000,00	15º
0021	Monitoramento e Segurança	4.724.000,00	14º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	6.600.946,00	13º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	6.639.000,00	12º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.675.010,00	11º
0025	Desenvolvimento Social	6.875.736,00	10º
0019	Limpeza Pública	8.092.400,00	9º
0012	Transporte Escolar	12.648.704,00	8º
0017	Transportes	22.879.666,15	7º
0024	Cultura e Turismo	23.914.252,00	6º
0007	Infraestrutura	24.634.333,85	5º
0008	Serviços Urbanos	25.627.602,00	4º
0015	Saúde	47.886.959,15	3º
0002	Administração Geral	48.712.191,85	2º
0010	Ensino Regular	53.467.954,00	1º
TOTAL		318.688.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 18 - Tabela detalhada dos valores destinados ao 0023 Esporte e Lazer do PPA da Prefeitura deGuararema Lei nº3591 de 15 de maio de 2023 para exercício 2024.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	400.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.701.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	740.000,00
0023	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	1.418.000,00
		Total do Programa	4.262.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 19 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer 2022

ePrograma Esporte e Lazer 2022 - 2025, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3591 de 15 de maio de 2023

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2022	Total Ação Valor 2023	Total Ação Valor 2024	Total Ação Valor 2025	Valor Total Da Ação
Cultura/Difu são Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais.	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura/Difu são Cultural	Fundo municipal de Cultura	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural.	1.076.000,00	0,00	0,00	0,00	1.076.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	509.000,00	0,00	0,00	0,00	509.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	2.342.000,00	0,00	0,00	0,00	2.342.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	-	10.000,00	400.000,00	10.000,00	420.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	FundoMunicipalde Esporte	-	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	-	1.518.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00	4.943.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	-	10.000,00	740.000,00	750.000,00	1.500.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	-	1.154.500,00	1.418.000,00	1.271.500,00	3.844.000,00
Total do Programa		7.788.000,00	2.695.500,00	4.262.000,00	3.758.500,00	18.504.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 20 – Distribuição de valores por órgão da Administração Lei nº3620, de 1º de setembro de 2023

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR DISPONIBILIZADO
01-PODER LEGISLATIVO	**3.050.000,00**
01.01-Legislativo	3.050.000,00
02-PODER EXECUTIVO	339.133.000,00
02.01-Gabinete do Prefeito	5.829.000,00
02.02-Secretaria Municipal de Governo,Tecnologia e Sustentabilidade	1.471.000,00
02.03-Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	30.992.333,85
02.04-Secretaria Municipal de Segurança Pública	4.724.000,00
02.05-Secretaria Municipal de Administração	12.157.858,00
02.06-Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.675.010,00
02.07-Secretaria Municipal de Educação	74.404.604,00
02.09-Secretaria Municipal de Obras, MeioAmbiente, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	108.954.002,00
02.10-Secretaria Municipal de Saúde	47.886.959,15
02.12-Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	11.409.245,00
02.13-Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	23.914.252,00
02.14-Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	4.262.000,00
02.15-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	6.452.736,00
TOTAL DA DESPESA	342.183.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 21 – Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados aos Programas Governamentais e ordem de distribuição - Lei 3620 Prefeitura Guararema para o exercício 2024.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dos valores
0026	Habitação	33.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	1.050.000,00	21º
0013	Educação Especial	1.687.000,00	20º
0022	Reserva de Contingência	2.032.245,00	19º
0020	Gestão Ambiental	2.690.000,00	18º
0001	Processo Legislativo	3.050.000,00	17º
0018	Dívida Interna	4.000.000,00	16º
0023	Desporto e Lazer	4.262.000,00	15º
0021	Monitoramento e Segurança	4.724.000,00	14º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	6.600.946,00	13º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	6.639.000,00	12º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.675.010,00	11º
0025	Desenvolvimento Social	6.875.736,00	10º
0019	Limpeza Pública	8.092.400,00	9º
0012	Transporte Escolar	12.648.704,00	8º
0017	Transportes	22.879.666,15	7º
0024	Cultura e Turismo	23.914.252,00	6º
0007	Infraestrutura	24.634.333,85	5º
0008	Serviços Urbanos	25.627.602,00	4º
0015	Saúde	47.886.959,15	3º
0010	Ensino Regular	53.467.954,00	2º
0002	Administração Geral	72.712.191,85	1º
TOTAL		342.183.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 22 - Tabela detalhada dos valores destinados ao 0023 Esporte e Lazer do PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3591 de 15 de maio de 2023 para exercício 2024.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação 2023	Valor Total da Ação 2024
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	10.000,00	400.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	3.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.518.000,00	1.701.000,00
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	10.000,00	740.000,00
0023	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	1.154.500,00	1.418.000,00
		Total do Programa por ano	2.695.500,00	4.262.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 23 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de Cultura, desporto e lazer 2022 ePrograma Esporte e Lazer 2022 - 2025, PPA da Prefeitura de Guararema Lei nº3620 de 01 set.2023.

Função/ Subfunção	Projeto/Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2022	Total Ação Valor 2023	Total Ação Valor 2024	Total Ação Valor 2025	Valor Total Da Ação
Cultura/Difusão Cultural	Construção, reforma, ampliação e implantação de Unidades Culturais	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Desportoe lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Fundo municipal de Cultura	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Cultura/Difusão Cultural	Atividades de Desenvolvimento Cultural	1.076.000,00	0,00	0,00	0,00	1.076.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Festividades Municipais Cívicas e Culturais	509.000,00	0,00	0,00	0,00	509.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Cultura, desporto e lazer	2.342.000,00	0,00	0,00	0,00	2.342.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.645.000,00	0,00	0,00	0,00	1.645.000,00
Cultura/ Difusão Cultural	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	-	10.000,00	400.000,00	10.000,00	420.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	-	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	-	1.518.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00	4.943.000,00
Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	-	10.000,00	740.000,00	750.000,00	1.500.000,00
Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	-	1.154.500,00	1.418.000,00	1.271.500,00	3.844.000,00
Total do Programa		7.788.000,00	2.695.500,00	4.262.000,00	3.758.500,00	18.504.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro24 –Distribuição de valores por órgão da Administração Lei nº36890, de 19ºdenovembro de 2024

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR DISPONIBILIZADO
01-PODER LEGISLATIVO	**3.600.000,00**
01.01-Legislativo	3.600.000,00
02-PODER EXECUTIVO	314.429.000,00
02.01-Gabinete do Prefeito	5.968.000,00
02.02-Secretaria Municipal de Governo,Tecnologia e Sustentabilidade	1.493.000,00
02.03-Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	28.834.000,00
02.04-Secretaria Municipal de Segurança Pública	4.788.000,00
02.05-Secretaria Municipal de Administração	12.029.875,00
02.06-Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.591.530,00
02.07-Secretaria Municipal de Educação	62.739.337,00
02.09-Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	82.914.802,00
02.10-Secretaria Municipal de Saúde	52.072.818,00
02.12-Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	15.026.872,00
02.13-Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	31.675.397,00
02.14-Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	3.758.500,00
02.15-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	6.536.869,00
TOTAL DA DESPESA	318.029.000,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro25 – Demonstrativo da consolidação dos programas – Lei 3689 Prefeitura Guararema para 2025.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado em R$	Ordem crescente distribuição dos valores
0026	Habitação	33.000,00	22º
0003	Previdência Municipal	1.050.000,00	21º
0013	Educação Especial	1.741.000,00	20º
0022	Reserva de Contingência	3.416.872,00	19º
0001	Processo Legislativo	3.600.000,00	18º
0023	Desporto e Lazer	3.758.500,00	17º
0020	Gestão Ambiental	4.744.000,00	16º
0021	Monitoramento e Segurança	4.788.000,00	15º
0018	Dívida Interna	5.420.000,00	14º
0009	Emprego e Desenvolvimento Econômico	6.591.530,00	13º
0004	Supervisão e Coordenação Geral	6.788.000,00	12º
0011	Alimentação e Uniforme Escolar	6.796.946,00	11º
0025	Desenvolvimento Social	6.964.869,00	10º
0019	Limpeza Pública	9.180.000,00	9º
0007	Infraestrutura	11.131.000,00	8º
0012	Transporte Escolar	12.954.478,00	7º
0017	Transportes	28.144.000,00	6º
0008	Serviços Urbanos	28.381.554,00	5º
0024	Cultura e Turismo	31.675.397,00	4º
0010	Ensino Regular	41.246.913,00	3º
0002	Administração Geral	47.550.123,00	2º
0015	Saúde	52.072.818,00	1º
TOTAL		318.029.000,00	

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 26 - Tabela detalhada dos valores destinados ao 0023 Esporte e Lazer do PPA da Prefeitura deGuararema Lei n3689 de 19 de novembro de 2025 para exercício 2025.

Programa	Função/ Subfunção	Projeto/ Atividade/ Operação Especial	Valor Total da Ação 2023	ValorTotal da Ação 2024	ValorTotal da Ação 2025
0023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Construção, reforma, ampliação e implantação de Áreas Esportivas	400.000,00	400.000,00	10.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Fundo Municipal de Esporte	3.000,00	3.000,00	3.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Desporto e Lazer	1.701.000,00	1.701.000,00	1.724.000,00
023	Desporto e lazer/ Desporto Comunitário	Subvenções	740.000,00	740.000,00	750.000,00
023	Administração/ Administração Geral	Secretaria de Esporte e lazer	1.418.000,00	1.418.000,00	1.271.500,00
		Total do Programa	4.262.000,00	4.262.000,00	3.758.500,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro27-Demonstrativo da Consolidação do Programa 0023 e acompanhamento das metas LOA 2025.

Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
Secretaria de Esporte e Lazer	Manutenção	Percentual	25
Construção, Ampliação e Modernização de Unidades Esportivas e Recreativas	Obras e instalações	Percentual	25
Fundo Municipal de Esporte	Manutenção	Percentual	25
Desporto e Lazer	Manutenção	Percentual	25
Subvenções	Manutenção	Percentual	25

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Guararema https://guararema.sp.gov.br/transparencia/leis-orcamentarias, data de acesso: 11.março.2025

Quadro 28 - Síntese dos códigos dos programas, unidades responsáveis, valores disponibilizados e ordem de distribuição dos valores no PPA da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Código do programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado	Ordem crescente distribuição dos valores
0020	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	711.700,00	20º
0034	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	2.335.418,00	19º
0032	Secretaria Municipal de Agricultura	3.009.390,00	18º
0033	Secretaria Municipal de Cultura	22.432.080,00	17º
0014	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	27.016.456,00	16º
0031	Secretaria Municipal de Segurança	28.321.715,26	15º
0025	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	31.204.635,00	14º
0010	Gabinete do Prefeito	33.859.279,00	13º
0027	Secretaria Municipal de Transportes	55.338.000,00	12º
0029	Secretaria Municipal de Assistência Social	78.167.804,12	11º
9999	Secretaria Municipal de Finanças	94.442.000,00	10º
0001	Câmara Municipal	147.820.000,00	9º
0035	Secretaria Municipal de Gestão Pública	168.124.680,00	8º
0026	Secretaria Municipal de obras	200.655.080,00	7º
0030	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	305.472.366,20	6º
0040	Secretaria Municipal de Finanças	531.350.925,69	5º
0000	Secretaria Municipal de Finanças	572.068.186,41	4º
0100	Serviço Municipal de água e esgotamento sanitário	762.000.000,00	3º
0028	Secretaria Municipal de Saúde	1.234.841.289,63	2º
0021	Secretaria Municipal de Educação	1.566.584.161,99	1º

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Mogi das Cruzes https://dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual. Data de acesso: 13 de outubro de 2024

Quadro 29 - Tabela detalhada dos valores investidos em programas de esporte e lazer entre 2018 e 2021, PPA da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Função Subfunção	Projeto/ Atividade/ Operação Especial	Total Ação Valor 2018	Total Ação Valor 2019	Total Ação Valor 2020	Total Ação Valor 2021	Valor Total da Ação
Desporto de rendimento	Implantar centro de avaliação física e de desempenho	70.000,00	20.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00
Desporto de rendimento	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte – CIE	3.890.000,00	0,00	0,00	0,00	3.890.000,00
Desporto de rendimento	Iniciação e Formação Esportiva	1.910.500,00	3.150.472,00	3.253.028,00	3.378.040,00	11.692.040,00
Desporto de rendimento	Fomento ao Fundo Municipal de Esporte	1.435.000,00	1.500.000,00	1.550.000,00	1.650.000,00	6.135.000,000
Desporto de rendimento	Subv Entid. Desenv. Programas Esportivos	1.900.000,00	1.970.000,00	2.050.000,00	2.100.000,00	8.020.000,00
Desporto Comunitário	Ampliação, modernização e construção de novas áreas esportivas	93.295,00	312.200,00	404.800,00	257.600,00	1.067.895,00
Desporto Comunitário	Programa esporte e lazer da cidade – PELC	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Lazer	Promoção das atividades esportivas - OCA	29.000,00	29.600,00	30.100,00	31.000,00	119.700,00
TOTAL		9.507.795,00	6.982.272,00	7.297.928,00	7.416.640,00	31.204.635,00

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Mogi das Cruzes https://dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual. Data de acesso: 13 de outubro de 2024

Quadro30 - Tabela dos Eixos e Programas do PPA2022-2025 Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Eixos PPA Quadriênio 2022-2025	Programas	Objetivos do PPA
Preparação para Próxima Geração	Educa Mogi	1,2,9
	Primeiros Passos	4
	Cultura	27
Preparação para Próxima Geração	Mogi Eficiente	5
	Cidade Inteligente	6,7
	Aprimoramento da Gestão Pública	10
	Habitação	11
	Infraestrutura	12
	Nossa Terra	14
	Saneamento Ambiental	15,16,17
	Mobilidade Urbana	18,19
Cidade Orientada por Pessoas	Cidade Inteligente	8
	Saúde	20,21,22,23
	Redução da Pobreza	24
	Mogi Acolhedora	25,26
	Cultura	28
	Esporte	29
	Segurança	30
Mogiano trabalhando em Mogi	Educa Mogi	9
	Emprego e Renda	31,32,33

Fonte: própria autora, construído a partir da coleta em banco de dados públicos: dados extraídos da Prefeitura de Mogi das Cruzes https://dadosadm.mogidascruzes.sp.gov.br/media/arquivos/3eddb107-7c06-490a-b05a-4e8be6c9ed2d/PPA_2022_a_2025. Data de acesso: 13 de outubro de 2024.

Quadro 31 - Tabela de distribuição orçamentária da Prefeitura de Mogi das Cruzes para o ciclo do PPA 2022–2025.

Código do programa	Programa	Unidade responsável pelo programa	Valor destinado	Ordem crescente distribuição dos valores
2003	Habitação	Coordenadoria de Habitação	23.223.870,31	19º
4000	Emprego e Renda	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	34.214.834.35	18º
3002	Cultura	Secretaria Municipal de Cultura eTurismo	37.434.597,24	17º
2005	Nossa Terra	Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente	42.739.178.75	16º
3003	Esporte	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	49.788.051,00	15º
3000	Redução da Pobreza	Secretaria Municipal de Assistência Social	87.208.277,63	14º
2001	Cidade Inteligente	Secretaria Municipal de Gestão pública	102.859.282.89	13º
3001	Mogi Acolhedora	Secretaria Municipal de Assistência Social	128.104.071,66	12º
3004	Segurança	Secretaria Municipal de Segurança	134.126.533,69	11º
6000	Poder Legislativo	Câmara Municipal de Vereadores	160.339.376,00	10º
9999	Reserva de Contingencia	Secretaria Municipal de Finanças	252.086.000,00	9º
2004	Infraestrutura	Secretaria Municipal de Serviços urbanos	357.921.787,76	8º
2007	Mobilidade Urbana	Secretaria Municipal de Transporte	395.865.965,41	7º
2000	Mogi Eficiente	Secretaria Municipal de Finanças	453.504.650,72	6º
1001	Primeiros Passos	Secretaria Municipal de Educação	588.874.251,44	5º
2002	Aprimoramento da Gestão Pública	Secretaria Municipal de Gestão pública	1.268.072.949,17	4º
2006	Saneamento Ambiental	Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente	1.432.100.032,21	3º
3100	Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	1.623.013.906,52	2º
1000	Educa Mogi	Secretaria Municipal de Educação	1.754.067.810,55	1º

Fonte: própria autora, construído a partir da coleta em banco de dados públicos: dados extraídos da PrefeituradeMogidasCruzeshttps://dadosadm.mogidascruzes.sp.gov.br/media/arquivos/3eddb107-7c06-490a-b05a-4e8be6c9ed2d/PPA_2022_a_2025. Data de acesso: 13 de outubro de 2024.

Quadro32 -Tabela da distribuição orçamentária do Programa 3003 - Esporte no Plano Plurianual (PPA) de Mogi das Cruzes para o período de 2022 a 2025.

Função Subfunção	Projeto Atividade Operação Especial	2022	2023	2024	2025	Valor Total da Ação
Desporto de Rendimento	Construção, Ampliação e Modernização de Unidades	1.806.519,00	200.004,00	400.004,00	1.127.004,00	3.533.531,00
Administração Geral	Apoio ao Esporte e Lazer	5.617.100,00	6.011.100,00	6.273.100,00	6.502.220,00	24.403.520,00
Desporto Comunitário	Manutenção de Unidades Esportiva e Recreativa	1.110.500,00	1.365.000,00	1.435.000,00	2.835.000,00	6.745.500,00
Desporto de Rendimento	Aquisição de Material Esportivo	165.100,00	280.100,00	350.100,00	350.100,00	1.145.400,00
Desporto de Rendimento	Atleta Mogiano	2.322.600,00	2.323.300,00	2.344.100,00	2.355.100,00	9.345.100,00
Desporto Comunitário	Promoção de Saúde	700.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.500.000,00
Lazer	Eventos Esportivos e Recreativos	440.000,00	500.000,00	585.000,00	590.000,00	2.115.000,00
Total do Programa 3003		12.161.819,00	11.279.504,00	11.987.304,00	14.359.424,00	49.788.0451,00

Fonte: própria autora, construído a partir da coleta em banco de dados públicos: dados extraídos da PrefeituradeMogidasCruzeshttps://dadosadm.mogidascruzes.sp.gov.br/media/arquivos/3eddb107-7c06-490a-b05a-4e8be6c9ed2d/PPA_2022_a_2025. Data de acesso: 13 de outubro de 2024.

Quadro33 – Tabela dos Indicadores do Programa Esporte e os índices Previstos e Consolidados nos PPAs2022-2025.

Indicador	Índice Cons. 2021	Previsto 2022	Índice Cons 2022	Previsto 2023	Índice Cons. 2023	Previsto 2024	Índice Cons 2024	Previsão 2025
Número de vagas ofertadas	2.356	2.474	8.319	2.597	12.354	2.727	8.068	2.863
Número de atletas em formação por ano	536	800	2.394	1.050	4.012	1.300	1.194	1.550
Total de munícipes incluídos no Programa	2.892	3.274	10.713	3.647	16.366	4.027	9.262	4.413

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Mogi das Cruzes https://dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual. Data de acesso: 13 de outubro de 2024

Quadro 34 – Tabela das metas, dados consolidado se justificativa do Programa Esporte da Prefeitura de Mogi das Cruzes dos anos 2023 e 2024.

Nomeda Ação	Indicador	Produto/ Serviço	Meta PPA 2023	Indicador Conso-lidado 2023	Meta PPA 2024	Indicador Conso-lidado 2024	Justificativa
Construção, Ampliação e Modernização de Unidades Esportivas e Recreativas	Nº de unidades ampliadas e modernizadas	Ginásios /Estádios/ Quadras abertas, campose áreas recreativas	4,00	2,00	5,00	4,00	ParqueAirton Nogueira; Pistade skate e quadra de areia no Botyra; colocação de grama sintética no campo do CER de Jundiapeba
Apoio ao Esportee Lazer	Índice de Cumprimento das Metas - Ações esportivas	Serviço Adm. voltado para a gestãoda área de esporte e lazer do município	100,00	67,00	100,00	50,00	Encontramos muitos desafios para cumprimento dosindicadores, em especial à Lei de Incentivo ao Desporto, o que será prioridade para 2025.
Manutenção de Unidades Esportivas e Recreativas	Nº de unidades mantidas	Ginásios/ Estádios/ Quadras abertas, campos e áreas recreativas	137,00	138,00	137,00	138,00	
Aquisição de Material Esportivo	Cobertura das modalidades equipadas	Material esportivo	75,00	28,00	85,00	20,00	Sem material para reposição. Será priorizado para 2025.
Atleta Mogiano	Nº de atletas em formação	Atleta	1.050,00	4.012,00	1.300,00	1.194,00	
Promoçãode Saúde	Nº de Participantes	Bens e serviços voltados para promover exercício físico para a saúde do cidadão	3.025,00	7.341,00	3.328,00	3.226,00	
Eventos Esportivos e Recreativos	Nº de eventos promovidos	Eventos	25,00	40,00	25,00	15,00	Meta não atingida, porém, será priorizada para 2025.

Fonte: própria autora, dados extraídos da Prefeitura de Mogi das Cruzes https://dadosabertos.mogidascruzes.sp.gov.br/ciclo-orcamentario/plurianual. Data de acesso: 13 de outubro de 2024

ANEXO B – NORMAS DO PERIÓDICO REVISTA CIENTÍFICA CIÊNCIA DO ESPORTE

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

A RBCE segue as práticas editoriais que incentivam as recomendações de ética na pesquisa, como o Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica (SciELO). Artigos da subárea da Biodinâmica devem ser submetidos obrigatoriamente em língua inglesa. Artigos das subáreas Sociocultural e Pedagógica podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol.

Tipos de Documentos Aceitos

Atualmente a RBCE aceita os seguintes tipos de trabalho:

1. **Artigos originais**: artigos que comunicam resultados de pesquisas empíricas e/ou teóricas originais sobre temas relevantes e inéditos, apresentando, preferencialmente, as seguintes seções fundamentais – ou variações destas, de acordo com a exposição do objeto e resultados da investigação: introdução; delineamento metodológico; resultados e discussão; conclusões; referências. As submissões nesta seção podem ser realizadas a qualquer tempo, em sistema de demanda contínua.

2. **Artigos de revisão**: revisão ou artigo sumário do estado da arte, isto é, artigos com o objetivo de sintetizar e/ou avaliar trabalhos científicos já publicados, estabelecendo um recorte temporal, temático, disciplinar e/ou geográfico paraanálise da literatura consultada. Esta seção é exclusiva para demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para a seção de forma indevida serão arquivados.

3. **Ensaios**: reflexão teórico-conceitual produzida a partir da experiência autoral para defender determinada posição que vise aprofundar ou problematizar discussões de relevo para a área, apresentando novas contribuições sem, necessariamente,

fundamentar-se em revisão ou produçãodeempiria. Esta seção é exclusiva para demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para aseção de forma indevida serão arquivados.

4. **Dossiê**: reúne artigos e ensaios submetidos a partir de indução e chamamento público, pelo qual a RBCE se propõe mobilizar a comunidade científica da área, a partir do agendamento de debates em torno de temas emergentes no cenário nacional. Esta seção é exclusiva para demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para aseção de forma indevida serão arquivados.

5. **Painel**: reúne artigos e ensaios submetidos a partir de indução, proposta por grupos de pesquisa consolidados em interlocução com grupos vinculados a instituições estrangeiras,que se dedica ao agendamento científico de debates em torno de temas emergentes no cenário internacional. Esta seção é exclusivapara demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para a seção de forma indevida serão arquivados.

6. **Entrevista**: entrevistas induzidas pela RBCE por convite dedicadas a provocar o diálogo entre pesquisadores(as) expoentes sobre temas de relevo ou tendências de desenvolvimento da área. Esta seção é exclusiva para demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para a seção de forma indevida serão arquivados.

7. **Editorial**: texto introdutório do periódico manifestando opiniões, comentários e/ou posicionamentos escrito por membros da equipe editorial acerca do desenvolvimento da área e da RBCE. Esta seção é exclusiva para demanda induzida, ou seja, o Corpo editorial convidará autores a submeterem seus artigos. Artigos enviados para a seção de forma indevida serão arquivados.

8. **Preprints**: textos já publicados em servidores de preprints

reconhecidos, conforme descrito na seção “POLÍTICA EDITORIAL >Preprints”.

Contribuição dos Autores

Os autores devem identificar a contribuição de cada autor listado conforme as diretrizes do CRedit(Contributor Roles Taxonomy).
Por exemplo: “Autor X responsabilizou-se por…; Autor Y responsabilizou-se por…; Autor Z responsabilizou-se por…, etc."
Esta identificação deve ser realizada no sistema Scholar One de submissão, e em arquivo da Folha de Rosto (vide abaixo).

Preparação do Manuscrito

O artigo deve ser submetido por meio do sistema editorial Scholar One da RBCE.

O(a) responsável pela submissão deverá preencher corretamente todas as informações, indicar os dados de todos os autores, e inserir os seguintes arquivos/documentos que compõe a submissão:

1. **Artigo** (ver abaixo em “Formato de Envio dos Artigos”);

2. **Arquivos individuais de figuras e vídeos**
(ver abaixo em “Ativos Digitais”);

3. **Termo de acordo dos autores** (ver abaixo em “Documentos Suplementares”;

4. **Folha de Rosto** (ver abaixo em “Documentos Suplementares”);

5. **Declaração informando que a pesquisa foi aprovada por um comitê de ética institucional;**

Formato de Envio dos Artigos

O texto deve ser submetido em formato editável Microsoft Word, escrito em uma única coluna com fontes padrão, por exemplo, Arial ou Times New Roman. Não deve conter qualquer identificação de autoria, incluindo as informações presentes nas “propriedades do arquivo”, isto é, o nome do arquivo. Esta regra de identificação de autoria não se aplica aos pré prints. **Título**: No idioma da submissão, e independente da subárea, deve ser acompanhado de suas versões dentre os três idiomas que a RBCE adota, português, inglês e espanhol. **Resumo**: Deve ser elaborado um resumo informativo, incluindo objetivo, metodologia, resultados, conclusão. Cada resumo que acompanhar o artigo deverá ter, no máximo, 790 caracteres (contando espaços). Deve estar na língua em que o artigo será submetido (Português, Inglês ou Espanhol). Em seguida, deverão constar as mesmas informações correspondentes, com a mesma formatação, traduzidas para os demais idiomas (português, inglês e espanhol). Importante ressaltar que cada resumo deverá respeitar o limite máximo de 790 caracteres (português, inglês e espanhol). Palavras-chave em português e inglês: constituídos de quatro termos que identifiquem o assunto do artigo separados por ponto e vírgula. Recomendamos a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponível em: http://decs.bvs.bre/ouMeSH, disponível em https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/. Deverão estar na língua em que o artigo será submetido (Português, Inglês ou Espanhol). Em seguida, deverão constar as mesmas informações correspondentes, com a mesma formatação. O texto deve ser submetido em formato editável Microsoft Word, escrito em uma única coluna com fontes padrão, por exemplo, Arial ou Times New Roman. Não deve conter qualquer identificação de autoria, incluindo as informações presentes nas “propriedades do arquivo”, isto é, o nome do arquivo. Esta regra de identificação de autoria não se aplica aos pré prints. **Título**: No idioma da submissão, e independente da subárea, deve ser acompanhado de suas versões dentre os três idiomas que a RBCE adota, português, inglês e espanhol. **Resumo**: Deve ser elaborado um resumo informativo, incluindo objetivo, metodologia,

resultados, conclusão. Cada resumo que acompanhar o artigo deverá ter, no máximo, 790 caracteres (contando espaços). Deve estar na língua em que o artigo será submetido (Português, Inglês ou Espanhol). Em seguida, deverão constar as mesmas informações correspondentes, com a mesma formatação, traduzidas para os demais idiomas (português, inglês e espanhol). Importante ressaltar que cada resumo deverá respeitar o limite máximo de 790 caracteres (português, inglês e espanhol). **Palavras-chave em português e inglês**: constituídos de quatro termos que identifiquem o assunto do artigo separados por ponto e vírgula. Recomendamos a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponível em: http://decs.bvs.bre/ouMeSH, disponível emhttps://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/. Deverão estar na língua em que o artigo será submetido (Português, Inglês ou Espanhol). Em seguida, deverão constar as mesmas informações correspondentes, com a mesma formatação, traduzidas para os demais idiomas (português, inglês e espanhol). Importante ressaltar que cada resumo deverá respeitar o limite máximo de 790 caracteres (português, inglês e Espanhol.

Comprimento dos manuscritos: O tamanho máximo dos artigos da subárea da Biodinâmica é de 25.000 caracteres (contando espaços). O tamanho máximo dos artigos das subáreas Sociocultural e Pedagógica é de 35.000 caracteres (contando espaços e todos). O número de caracteres será contabilizado incluindo todos os elementos presentes no manuscrito da introdução até as considerações finais, inclusive notas de rodapé, tabelas, títulos e fontes de tabelas e ilustrações. Excluem-se desta contabilização o título do artigo, resumo, palavras-chaves e referências bibliográficas. Importante ressaltar que, mesmo após processo de revisão editorial, o manuscrito deverá manter-se dentro do limite máximo de caracteres de acordo com a subárea.

5. **Notas de rodapé**: Somente notas explicativas e que devem ser evitadas ao máximo. As notas contidas no artigo devem ser indicadas com algarismos arábicos e de forma sequencial imediatamente depois da frase a que diz respeito. As notas deverão vir no rodapé da página correspondente.

Observação: não inserir Referências completas nas notas, apenas como referência nos mesmos moldes do texto.

Ativos Digitais

- **Tabelas e Quadros**: deverão estar inseridos no corpo do texto enumerados por ordem de aparecimento no texto com números arábicos. Deve ter um título (antes data bela ou quadro), uma legenda explicativa (após a tabela ou quadro) e apresentar as fontes que lhes correspondem. Devem estar em formato editável.

- **Figuras, Imagens e Ilustrações**: Quando for o caso, devem ser numeradas por ordem de aparecimento no texto com números arábicos. No corpo do artigo, deve ter um título (antes), uma legenda explicativa (após) e apresentar as fontes que lhes correspondem. Deverão ser enviadas em arquivos individuais, separadas do texto principal do artigo, nominados conforme a ordem em que estão inseridos no texto (ex.: Figura 1, Figura 2, etc.). Devem estar em alta definição (300 dpi) e em formato de imagem, por exemplo JPG, PNG, TIFF. Quando for o caso, deverão vir acompanhadas de autorização específica para cada uma delas, em que seja informado que a imagem a ser reproduzida no artigo foi autorizada, especificamente, para esse fim. No caso de fotografias, a autorização tem de ser feita pelo fotógrafo (mesmo quando o fotógrafo é o próprio autor do artigo) e pelas pessoas fotografadas. Obras cujo autor faleceu há mais de 71 anos já estão em domínio público e, portanto, não precisam de autorização.

Citações e Referências

A **RBCE** adota o estilo **Vancouver** para citações e referências, no sistema autor data das entradas do texto, e lista de referências em ordem alfabética em sessão específica do artigo. Devem ser atualizadas contendo, preferencialmente, os trabalhos mais relevantes sobre o tema publicados nos últimos cinco anos. Deve conter apenas trabalhos referidos no texto. A apresentação

deverá seguir o formato denominado **"Autor-Data**.' As citações no texto devem referir-se a: 1. Autor único: sobrenome do autor (sem iniciais, a menos que haja ambiguidade)e ano de publicação; 2. Dois autores: ambos os sobrenomes dos autores e o ano de publicação; 3. Três ou mais autores: sobrenome do primeiro autor seguido de “et al.” e o ano de publicação. Sugere-se o uso do DOI quando disponível. Exemplos:

BalayFB,GalakE.Escuela y escolarización de los cuerpos en la formación superior: un análisis de las prácticas profesionales de Educación Física (UDELAR, Uruguay) desde la perspectiva de Pierre Bourdieu. Rev.Bras.Ciênc. Esporte [Internet]. 2023;45:e20230063. Available from: https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20230063

BorowskiEBvon, FrassonJS, MedeirosTN, Bossle F.A Educação Física Escolar naeducação profissional: um estudo a partir do conhecimento produzido. RevBrasCiênc Esporte[Internet]. 2023;45:e20220066. Available from: https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220066

Correia MAA, Pinto JM de R. Educação infantil na Emilia-Romagna, Itália: participação social e desafios na garantia do direito à educação. EducSoc [Internet].2024;45:e270328. Available from: https://doi.org/10.1590/ES.270328

MascarenhasF,LazzarottiFilhoA,ViannaLC.A RBCE e os desafios para o periodismo científico brasileiro. RevBrasCiêncEsporte [Internet]. 2023;45:e20230045. Disponível em:https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20230045

Documentos Suplementares

Termo de acordo dos autores: Trata-se de uma carta que deverá ser assinada por todos os autores, autorizando a publicação do artigo e declarando que este é inédito e que não foi ou está submetido para publicação em outro periódico. A RBCE orienta que só devem assinar os trabalhos as pessoas que de fato participaram das etapas centrais da pesquisa, não bastando, por exemplo, ter revisado o texto ou apenas coletado os dados. Todas as pessoas relacionadas como autores, por ocasião da submissão de trabalhos

na RBCE, estarão automaticamente declarando responsabilidade nos termos dos modelos disponíveis no link https://docs.google.com/document/d/1IR-KNTp7ml1vwhIIuvKQfXDIxD96Ddwz/edit?usp=sharing&ouid=101726963669889115419&rtpof=true&sd=true

Folha de Rosto:
Este documento deve conter exclusivamente:

- **Título do trabalho;**
- **Identificação completa de todos os autores**, contendo: e-mail, último grau acadêmico, filiação institucional (Departamento ou Programa de Pós-graduação, Centro ou Setor, Instituição de Ensino ou Pesquisa - as afiliações devem ser apresentadas em ordem hierárquica decrescente (p.e Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Departamento de Pediatria) e na língua original da instituição ou na versão em inglês quando a escrita não é latina (p.e: Johns Hopkins University, Universidade de São Paulo, Université Paris-Sorbonne), Cidade, Estado (unidade da Federação) e país;

- **ORCID de todos os autores;**

- **Endereço postal e telefone** (apenas do contato principal do trabalho);

- **Apoio financeiro**: é obrigatório informar sob a forma de nota de rodapé, todo e qual que rauxílio financeirorecebido para a elaboração do trabalho, inclusive bolsas, mencionando agência de fomento, edital e número do processo. Essa informação será mantida na publicação em campo específico, por exemplo: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”. Caso a realização do trabalho não tenhacontado com apoio financeiro, acrescentar a seguinte informação: “O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização”;

- **Conflitos de interesse**: É obrigatório declarar a existência ou não de conflitos de interesses oba forma de nota de rodapé. Essa informação será mantida na publicação em campo específico. Por exemplo: “Declaramos que possuímos conflito de interesse de ordem financeira e/ou comercial, e/ou político, e/ou acadêmico, e/ou pessoal”. Não havendo conflitos de interesse acrescentar a seguinte informação: “Os autores declaram que não há conflitos de interesse”;

- **Agradecimentos**: caso sejam mencionados, deverão vir sob a forma de notas de rodapé. Por exemplo:“Agradeço ao colega de laboratório pela leitura crítica e apontamentos no texto”;

- **Contribuição dos autores**: Relacionar a contribuição de cada autor listado conforme as diretrizes do CRedit (Contributor Roles Taxonomy). Por exemplo: "AutorXresponsabilizou-sepor…; Autor Y responsabilizou-se por…; Autor Z responsabilizou-se por…, etc."
Declaração informando que a pesquisa foi aprovada por um comitê de ética institucional; ver acima a seção “Política editorial – Comitê de ética”.

Declaração de Financiamento

Informar fontes de apoio para o trabalho, incluindo nomes de patrocinadores, número de contrato (se houver), juntamente com explicações sobre o papel dessas fontes. Esta informação deve constar na submissão no Scholar One e na Folha de rosto (ver item 4.5 acima).

Informações Adicionais

O acervo histórico da RBCE, cuja primeira publicação data do ano de 1979, pode ser encontrado aqui.

Contato para esclarecimentos sobre a Revista

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação Física e Dança
Programa de Pós-graduação em Educação Física

Avenida Esperança s/n, Câmpus Samambaia
CEP: 74690-900
Goiânia – Goiás – Brasil
Telefone:(55)62–3521-1513
E-mail da RBCE: rbceonline@gmail.com
Resolução de disputas: Editor chefe: lazzarotti@ufg.br
Dúvidas gerais:
Secretaria Executiva: e-mail: rbceonline@gmail.com

Responsável pela edição e instrução para autores

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte(CBCE)
Rua Benjamin Constant,1286, Bairro Aparecida,
CEP:38400-678
Uberlândia-MG- Brazil
E-mail:rbceonline@gmail.com

rss_feed Acompanhe os números deste periódico no seu leitor de RSS